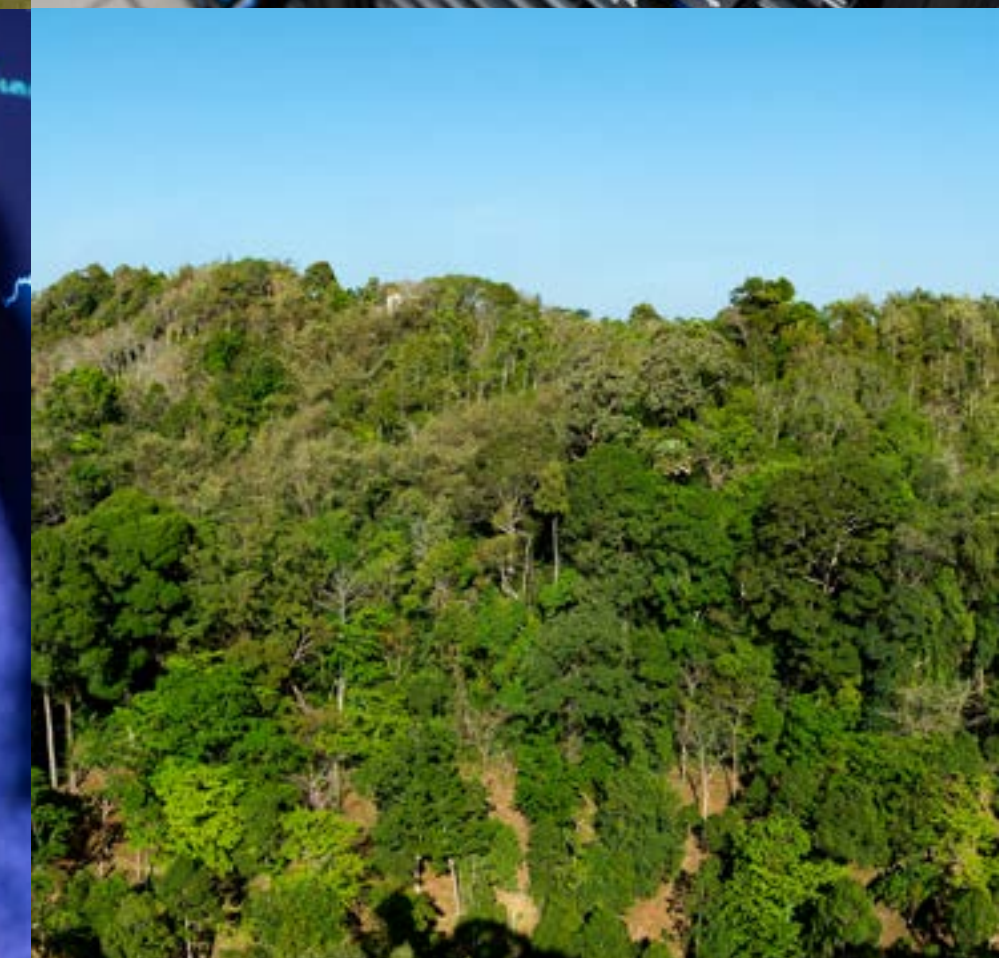


[B]³

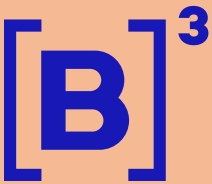
**MUITO MAIS
QUE A BOLSA
DO BRASIL**

**RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES
FINANCEIRAS RELACIONADAS
À SUSTENTABILIDADE
2025**



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	03	RISCOS	21
Mensagem da liderança	03	Riscos de sustentabilidade	21
Sobre o relatório	04	RS01: Perda ou violação de dados devido a ataques cibernéticos	21
Modelo de negócio	07	Riscos climáticos	24
Estratégia ESG	11	RF01: Eventos climáticos extremos sobre operações próprias	24
		RF02: Eventos climáticos extremos sobre fornecedores críticos	28
GOVERNANÇA	12	RT01: Impacto na B3 decorrente da transição para economia de baixo carbono	30
Estrutura e papéis de governança	13		
Habilidades e competências	14	OPORTUNIDADES	33
Responsabilidade executiva	15	OP01: Aumento de receita proveniente de produtos e serviços ESG	33
Supervisão da estratégia	16	OP02: Ampliação do acesso de investidores pessoa física ao mercado de investimentos	36
Gestão de metas e remuneração variável	16		
Políticas corporativas	16	METAS E MÉTRICAS	39
		Metas de sustentabilidade e clima	39
GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES	17	Meta climática	39
Estrutura de gestão de riscos	17	Métricas de sustentabilidade	40
Gerenciamento de riscos	18	Inventário de emissões de gases de efeito estufa	41
Gerenciamento de oportunidades	20		
Análise de cenários climáticos	20	PARA CONSULTAR	44



MENSAGEM DA LIDERANÇA

“

Impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável para a sociedade prosperar é o propósito da B3. A decisão de apresentar, em caráter voluntário, nosso primeiro relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade reflete esse compromisso e reforça nossa convicção de que transparência, resiliência e geração de valor no longo prazo caminham juntas.

A B3 é muito mais que a bolsa do Brasil. Nosso modelo de negócios, caracterizado por fontes de receitas diversificadas, é um dos principais pilares de resiliência da Companhia. Essa diversificação nos permite enfrentar cenários de instabilidade e incerteza com maior solidez e, ao mesmo tempo, avaliar de forma integrada riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade em um contexto de constantes transformações regulatórias, tecnológicas e climáticas no Brasil e no mundo.

Embora nossas operações próprias apresentem baixa intensidade de carbono, reconhecemos plenamente o papel estratégico da B3 como infraestrutura essencial do mercado de capitais brasileiro. Atuamos como parte e como ponte para o desenvolvimento do mercado, contribuindo para ampliar a transparência, mobilizar capital e oportunidades de negócios sustentáveis e direcionar recursos de forma eficiente para uma economia mais resiliente e sustentável.

Neste primeiro exercício, optamos por apresentar, além das informações relacionadas ao clima, outros riscos e oportunidades de sustentabilidade que identificamos como financeiramente relevantes para a B3. Entre eles estão temas como segurança da informação e desenvolvimento e acessibilidade do mercado. Mais do que ampliar a transparência, esse processo aprofunda nossa compreensão sobre como esses fatores podem afetar a estratégia e a resiliência do modelo de negócios.

Nosso objetivo não é apenas acompanhar a evolução dos padrões de reporte, mas utilizar esse processo para aprimorar a forma como riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade são considerados na estratégia, na gestão de riscos e nas decisões da Companhia. Esse avanço reforça também a integração desses temas aos processos de governança e à tomada de decisão estratégica.

A geração de valor sustentável está diretamente relacionada à nossa capacidade de contribuir para um mercado cada vez mais eficiente, transparente, resiliente e acessível. Por isso, seguimos investindo em tecnologia, infraestrutura, produtos, serviços, dados e *analytics*, fortalecendo nossas operações e ampliando esta proposta de valor para clientes e o mercado em geral.

CAIO IBRAHIM DAVID
Presidente do Conselho
de Administração



Nossa jornada de reporte

Desde 2024, a B3 vem se preparando para a adoção das normas IFRS S1 e S2, com a atuação integrada das áreas de sustentabilidade, finanças, riscos corporativos, auditoria interna e unidades de negócio. Esse trabalho vem fortalecendo processos, metodologias, controles internos e governança, promovendo maior integração dos temas de sustentabilidade e clima às decisões estratégicas da Companhia.

Reconhecemos que esta é uma jornada contínua e em evolução. Este relatório representa um marco importante na consolidação das práticas e dos processos que sustentam nossa capacidade de identificar, avaliar e gerir riscos e oportunidades, refletindo o amadurecimento da abordagem da Companhia sobre os temas ESG.

Agradecemos a confiança de nossos investidores e demais *stakeholders* e reiteramos nosso compromisso com a transparência, a gestão responsável de riscos e a criação de valor.

”

SOBRE O RELATÓRIO

O documento tem como objetivo fornecer aos investidores e demais *stakeholders* informações relevantes sobre a estratégia de sustentabilidade e clima da B3, os riscos e oportunidades identificados e acompanhados e os seus impactos no desempenho financeiro da Companhia no curto, médio e longo prazo.

Preparado em caráter voluntário, o relatório a seguir apresenta um primeiro exercício de aplicação das normas IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). Sua elaboração considera a Resolução CVM nº 193/2023, alterada pelas Resoluções CVM nº 219/2024, nº 227/2025 e nº 244/2026, que permitem a divulgação voluntária de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Base de preparação e conformidade

[IFRS S1 54; 59; 72]

Este relatório foi elaborado de acordo com os requisitos da IFRS S1 – Divulgação de Informações Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB) e traduzidas para o português por meio dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02.

Os dados de emissões de gases de efeito estufa (GEE) foram mensurados de acordo com a metodologia do GHG Protocol.

As métricas de sustentabilidade apresentadas estão de acordo com as métricas aplicáveis e consideradas materiais para fins desse reporte do setor de *Security & Commodity Exchanges* das normas *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

As informações divulgadas neste relatório foram submetidas a um processo de asseguração limitada e independente pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., conforme detalhado na seção específica deste documento.

Flexibilizações de transição

[IFRS S1 E3; E4; IFRS S2 C3]

A Companhia adotou as seguintes flexibilizações previstas na resolução CVM nº 193/2023 e aplicáveis ao exercício apresentado, buscando facilitar a preparação em caráter voluntário:

- Divulgação realizada até o último dia do 9º mês após o encerramento do exercício social de 2025;
- Não apresentação de informações comparativas sobre os riscos e oportunidades;
- Aplicação de asseguração limitada para o exercício.

Quando aplicável, utilizou-se o princípio da proporcionalidade, com avanço progressivo na identificação de riscos e oportunidades, e na valoração financeira de seus impactos de curto, médio e longo prazo, seguindo as capacidades atuais da Companhia para essa análise.

Limite organizacional e período

[IFRS S1 20; 23]

Este relatório abrange a B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão, incluindo suas subsidiárias, controladas, coligadas e seus escritórios internacionais, em conformidade com o perímetro adotado nas Demonstrações Financeiras consolidadas e no Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.

As informações apresentadas neste relatório referem-se ao período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, em linha com o exercício social da Companhia.

Moeda funcional

[IFRS S1 24]

A moeda funcional utilizada para a apresentação das informações financeiras é o Real (R\$), conforme adotado nas Demonstrações Financeiras da B3 S.A.

Conexão com as Demonstrações Financeiras e outros relatórios

[IFRS S1 21; 22; 35.b]

As informações apresentadas neste relatório estão conectadas e são consistentes com as [Demonstrações Financeiras da B3 S.A.](#), [Relatório Anual da B3 de 2025](#) e o [Inventário de Gases Efeito Estufa de 2025](#).

Sempre que aplicável, este relatório estabelece referências cruzadas com esses documentos, evitando duplicação de informações e reforçando a integração entre dados financeiros e não financeiros, conforme requerido pelas normas IFRS S1 e S2.

A Companhia não detectou a necessidade de provisões contábeis adicionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 decorrentes dos riscos e oportunidades analisados neste relatório, em linha com as normas contábeis vigentes.

Horizontes temporais

[IFRS S1 30.b; 30.c; S2 10.d]

A Companhia adota diferentes horizontes temporais para a avaliação de riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima, levando em consideração as especificidades dos riscos priorizados e das tendências de mercado que impactam sua análise.

Para **os riscos e as oportunidades de sustentabilidade**, foram empregados os seguintes horizontes temporais, alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, que é aprovado pelo Conselho de Administração, com adaptações necessárias para a realidade de cada risco e oportunidade:

2026	2028	2030
Curto prazo (1 ano)	Médio prazo (2 a 3 anos)	Longo prazo (4 a 5 anos)

Para **os riscos climáticos**, o horizonte temporal de médio e longo prazo foi adaptado e alinhado às referências científicas climáticas utilizadas na estratégia de sustentabilidade e nas análises de cenários realizadas em 2024 seguindo cenários da *Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS)*, que apresentou os riscos e oportunidades climáticos seguindo os horizontes temporais de 2030 como médio prazo e 2050 como longo prazo, justificando a utilização desses prazos no caso dos riscos e oportunidades climáticas.

2026	2030	2050
Curto prazo (1 ano)	Médio prazo (2 a 5 anos)	Longo prazo (acima de 5 anos) Ancorado em 2050 para fins de análises quantitativas.



Materialidade [IFRS S1 17-19]

A definição das informações consideradas materiais foi realizada a partir de análises internas lideradas pela Companhia e com apoio de consultorias especializadas. A metodologia partiu de um processo de identificação e priorização dos riscos e oportunidades previamente mapeados, considerando principalmente os temas identificados como potencialmente relevantes para o setor em referências internacionais, incluindo as Normas do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), avaliações de mercado e benchmarks setoriais.

Na sequência, foi realizada uma conexão entre os principais riscos corporativos e os riscos de sustentabilidade e clima, com o objetivo de refinar a análise e priorizar os mais relevantes para os negócios e para o contexto da B3.

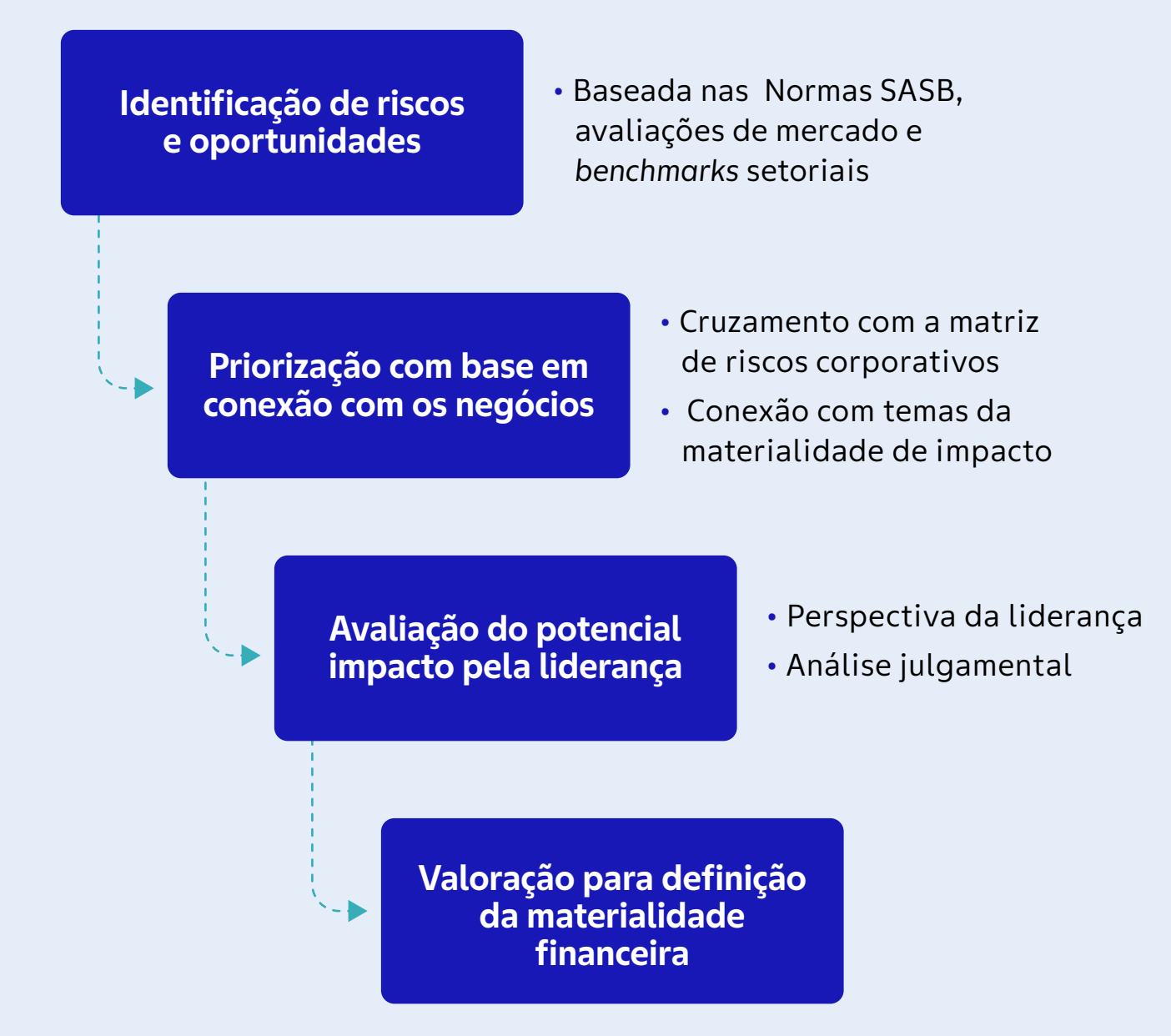
Com os riscos e oportunidades priorizados, foi realizada uma análise julgamental por meio de reuniões estratégicas com a presença dos líderes das áreas de finanças, sustentabilidade, riscos corporativos e os times de negócios impactados por cada risco ou oportunidade, para identificar os ativos críticos, produtos, serviços, clientes, fornecedores e linhas de negócio com maior potencial de impacto financeiro para a Companhia em cenários extremos e de estresse.

A partir dos aspectos de maior impacto identificados, foram realizadas projeções financeiras em diferentes cenários, utilizando como limiar quantitativo de materialidade a classificação de impacto do Programa de Gerenciamento de Riscos Corporativos da B3, que estabelece faixas percentuais em relação ao EBITDA da Companhia. As faixas de Alto e Extremo foram as referências utilizadas para a definição quantitativa de materialidade.

Para fins deste relatório, foram consideradas materiais as informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que, com base em fatores quantitativos e

julgamentais, poderiam razoavelmente influenciar as decisões dos investidores e demais provedores de capital da Companhia.

A imagem abaixo apresenta um resumo do processo de definição da materialidade financeira:



Aplicação no reporte

Os impactos financeiros estimados para todos os riscos e oportunidades avaliados neste relatório permaneceram abaixo dos limiares quantitativos de materialidade financeira adotados pela Companhia. Ainda assim, sua divulgação foi mantida em razão da relevância estratégica dos ativos e das operações priorizadas e do entendimento de que, em uma análise subjetiva, tais impactos podem influenciar a tomada de decisão de investidores e demais

stakeholders. A divulgação também considerou a potencial evolução futura desses impactos financeiros, dada a constante transformação do ambiente regulatório, tecnológico e de mercado associada às mudanças climáticas, à transição para uma economia de baixo carbono e à rápida evolução tecnológica que afeta o setor e os negócios da Companhia.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

Atendendo às normas e em linha com o conceito de proporcionalidade, a Companhia utilizou julgamentos e considerou as incertezas a partir de análises internas próprias e de mercado, de forma proporcional à disponibilidade de dados históricos e públicos. Os julgamentos e incertezas de cada risco e oportunidade estão apresentados em cada capítulo do relatório.

De forma geral, destacam-se:

- Priorização dos impactos no desempenho financeiro, dada a natureza dos efeitos identificados e disponibilidade dos dados para análise;
- Priorização da análise das operações e negócios com maior histórico de acompanhamento, relevância financeira e disponibilidade de dados;
- Utilização de dados dos cenários climáticos em nível nacional da Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS) para as projeções climáticas;
- Utilização de dados públicos e internos aproximados para as projeções por falta de histórico de ocorrência dos riscos e oportunidades priorizados no mercado local.

MODELO DE NEGÓCIO

A B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão é uma das principais empresas de infraestrutura do mercado financeiro, oferecendo serviços de negociação, pós-negociação, registro e depósito de ativos, além de soluções de dados, tecnologia e conectividade. A Companhia atua de forma integrada ao longo de toda a cadeia de valor do mercado financeiro e de capitais, viabilizando o funcionamento eficiente, seguro e transparente das transações, desde a execução de operações até a compensação, a liquidação e a custódia.

Seu modelo de negócios e geração de valor é baseado na operação de plataformas tecnológicas resilientes — que suportam diferentes classes e operações sobre ativos — e na prestação de serviços associados a emissores, intermediários e investidores, contemplando atividades como listagem, eventos corporativos e acesso a dados de mercado.

A Companhia também atua em atividades de registro e infraestrutura voltadas a outros segmentos da economia, como veículos e setor imobiliário, contribuindo para a segurança jurídica, a rastreabilidade e a eficiência desses mercados.

Na frente de dados e inteligência, a B3 ampliou sua atuação por meio da Trillia, nova marca lançada ao mercado em 2026 para consolidar sua linha de negócios dedicada a Dados, *Analytics* e Inteligência Artificial. A Trillia apoia clientes de diferentes portes e segmentos em processos como crédito, prevenção a fraudes, inteligência de mercado e gestão de riscos. Essas capacidades reforçam a diversificação de receitas e posicionam a B3 também como provedora de soluções digitais e informacionais para diversos setores da economia.

Estrutura, diversificação e resiliência

O modelo de negócios da B3 é caracterizado por sua ambidestria, que combina receitas pró-cíclicas associadas a atividades como negociação e pós-negociação, mais sensíveis aos volumes e à dinâmica de mercado, com receitas recorrentes, provenientes de serviços de custódia, registro e soluções em dados e tecnologia.

Essa diversificação reduz a exposição a ciclos específicos de mercado, mitigando riscos associados à volatilidade de volumes e preços de ativos, ao mesmo tempo que contribui para uma maior previsibilidade de receitas e para a geração consistente de caixa no longo prazo. Essa resiliência é reforçada pela integração vertical das operações, que permite à Companhia capturar e entregar valor em diferentes etapas da cadeia, além de exercer maior controle sobre processos e riscos associados às transações.

Receitas Recorrentes

- Renda Fixa e Crédito
- Empréstimo de Ativos
- Soluções para Mercado de Capitais
- Soluções Analíticas de Dados (Trillia)
- Tecnologia & Plataformas

Receitas Pró-Cíclicas

- Renda Variável
- Derivativos Listados

Riscos e oportunidades na cadeia de valor [IFRS S1 32.a; 32.b; IFRS S2 13.a; 13.b]

A cadeia de valor da B3 é caracterizada pela elevada complexidade e diversidade de fluxos operacionais, que variam conforme a classe de ativos, os participantes e os serviços utilizados, não sendo representada por um único fluxo linear.

Nesse contexto, a Companhia adota uma visão integrada baseada em seus principais grupos de relacionamento, que incluem emissores, investidores, intermediários, operadores de mercado e fornecedores. Para cada um deles, são identificados e avaliados os impactos potenciais dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima que foram priorizados.

Esses impactos se distribuem de forma transversal na cadeia de valor, afetando diferentes *stakeholders* e etapas conforme sua natureza. Riscos de transição, por exemplo, concentram-se predominantemente nos emissores e na dinâmica de mercado, enquanto riscos físicos podem impactar operações próprias e fornecedores críticos. Riscos de sustentabilidade, como os cibernéticos, concentram-se na infraestrutura tecnológica que suporta as atividades da Companhia.

Essa abordagem integrada e transversal permite à B3 avaliar de forma consistente como esses fatores podem influenciar a geração de valor da Companhia, mesmo em um contexto de elevada complexidade operacional e diversidade de produtos, serviços e clientes.



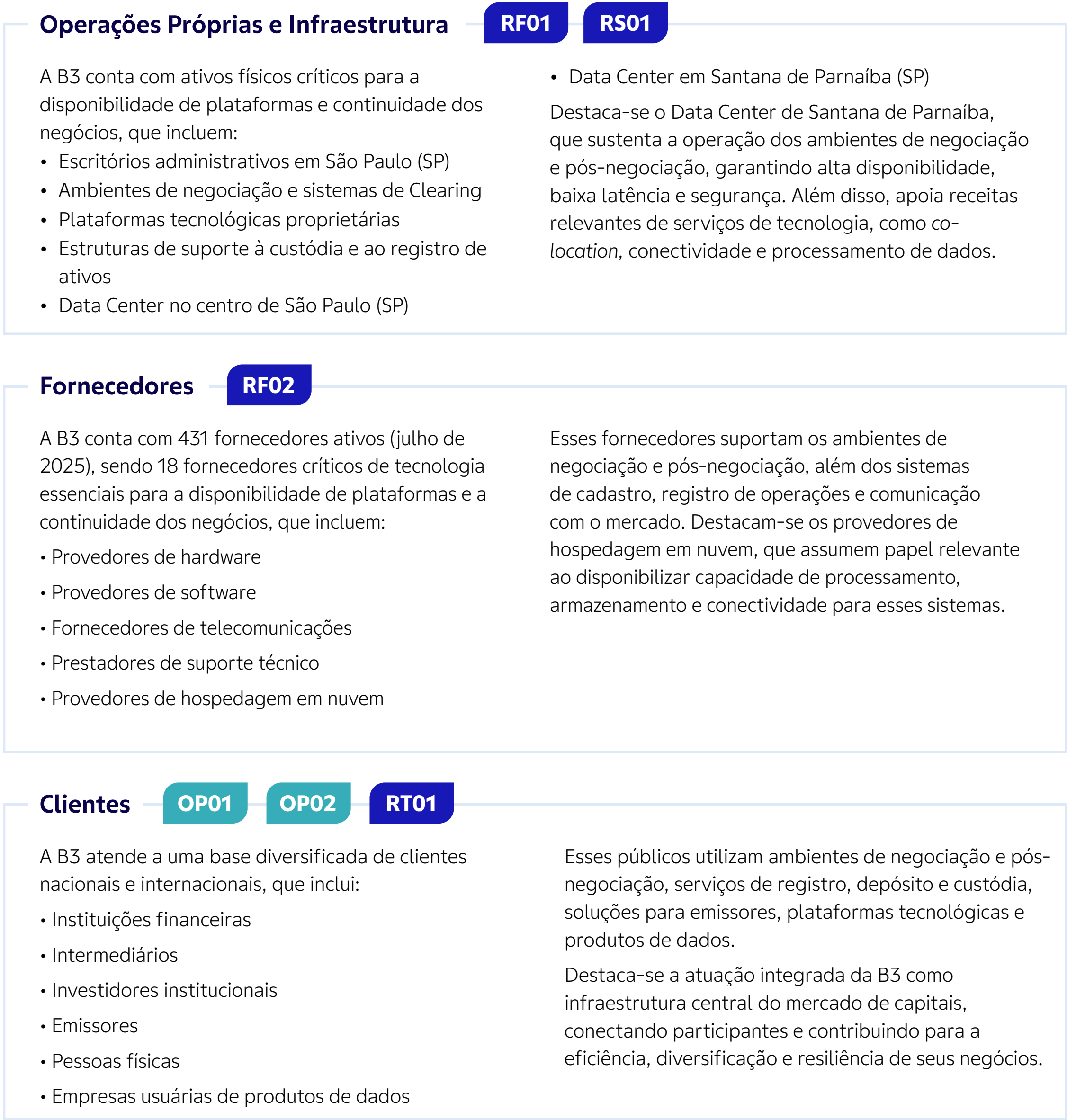
*High-Frequency Traders



Presença geográfica

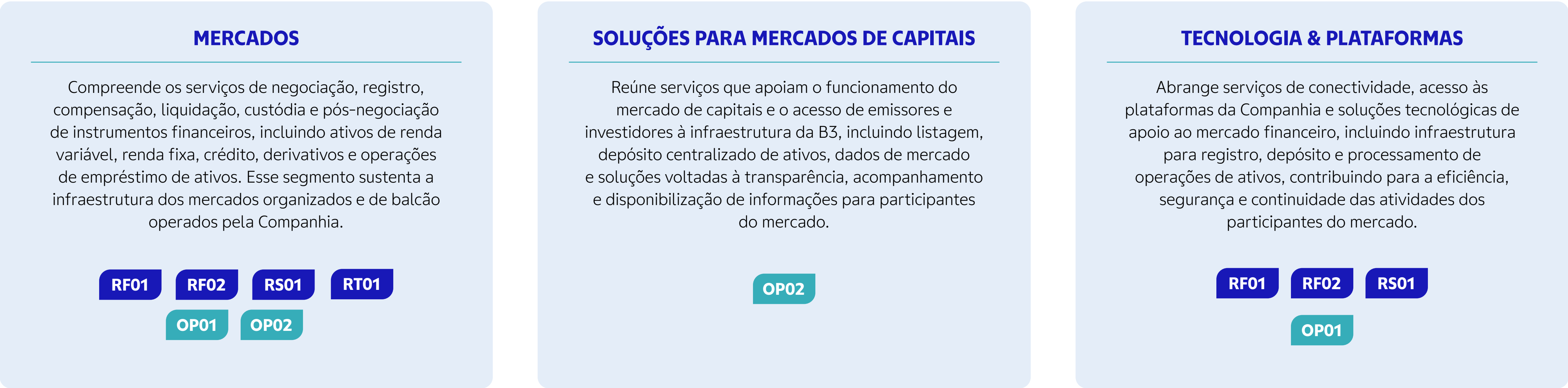
A B3 possui operações predominantemente no Brasil, com presença concentrada nos principais centros financeiros, especialmente no estado de São Paulo, onde se localizam seus principais escritórios, centros operacionais e infraestrutura crítica.

O mapeamento de como os riscos e as oportunidades se conectam na cadeia de valor está resumido no quadro a seguir.



Riscos e oportunidades nos segmentos de negócio [IFRS S1 35.a; IFRS S2 13.a]

As atividades da B3 estão estruturadas em linhas de negócio que refletem suas principais fontes de receita. A seguir, demonstra-se um resumo dos segmentos de negócio com potenciais associações aos riscos e oportunidades descritos neste relatório, contribuindo para a compreensão de seus possíveis efeitos sobre o modelo de negócios e a geração de valor da Companhia.



ESTRATÉGIA ESG

A B3 tem o compromisso de atuar de forma responsável e gerar impacto positivo para as pessoas e o meio ambiente. Esse compromisso se concretiza na estratégia de sustentabilidade da Companhia, formada por dois pilares:

1. Como empresa listada:

Reforça o compromisso em aprimorar continuamente processos internos, adotando melhores práticas de governança, transparência, diversidade, gestão climática e responsabilidade socioambiental.

Conexão com riscos e oportunidades:

RF01

RF02

RS01

Os riscos climáticos relacionados às operações próprias e aos fornecedores críticos situam-se neste pilar e são tratados no contexto da gestão patrimonial e ambiental dos principais ativos da Companhia e da *due diligence* recorrente de fornecedores. Também faz parte deste pilar o risco de sustentabilidade relacionado à gestão da segurança da informação e proteção de dados – como vazamentos e ataques cibernéticos –, mitigado por meio da evolução contínua dos planos de segurança dos sistemas.

2. Como infraestrutura de mercado:

Traduz a responsabilidade de mobilizar o mercado por meio de produtos ESG como índices, soluções de dados e tecnologia, e de conectar empresas, investidores, reguladores e demais agentes, criando condições para o avanço da agenda de finanças sustentáveis no mercado brasileiro.

Conexão com os riscos e oportunidades:

OP01

OP02

RT01

As oportunidades relacionadas ao desenvolvimento e à promoção de produtos e serviços ESG, às plataformas de dados de sustentabilidade e à ampliação do portfólio de produtos de entrada voltados à sociedade estão conectadas a esta frente da estratégia de sustentabilidade. Também integram este pilar o risco de transição associado às mudanças climáticas e o monitoramento contínuo das mudanças regulatórias relacionadas à economia de baixo carbono.

A cada ano, a Superintendência de Sustentabilidade define, em parceria com os times responsáveis, ações prioritárias para avançar nos dois pilares, mitigando os principais riscos e buscando criar condições para aproveitar as oportunidades prioritárias. Essas ações compõem o planejamento estratégico anual de sustentabilidade, que é aprovado diretamente pelo Comitê Interno de Sustentabilidade (CIS), conforme responsabilidade estabelecida na [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#) aprovada pelo Conselho de Administração.

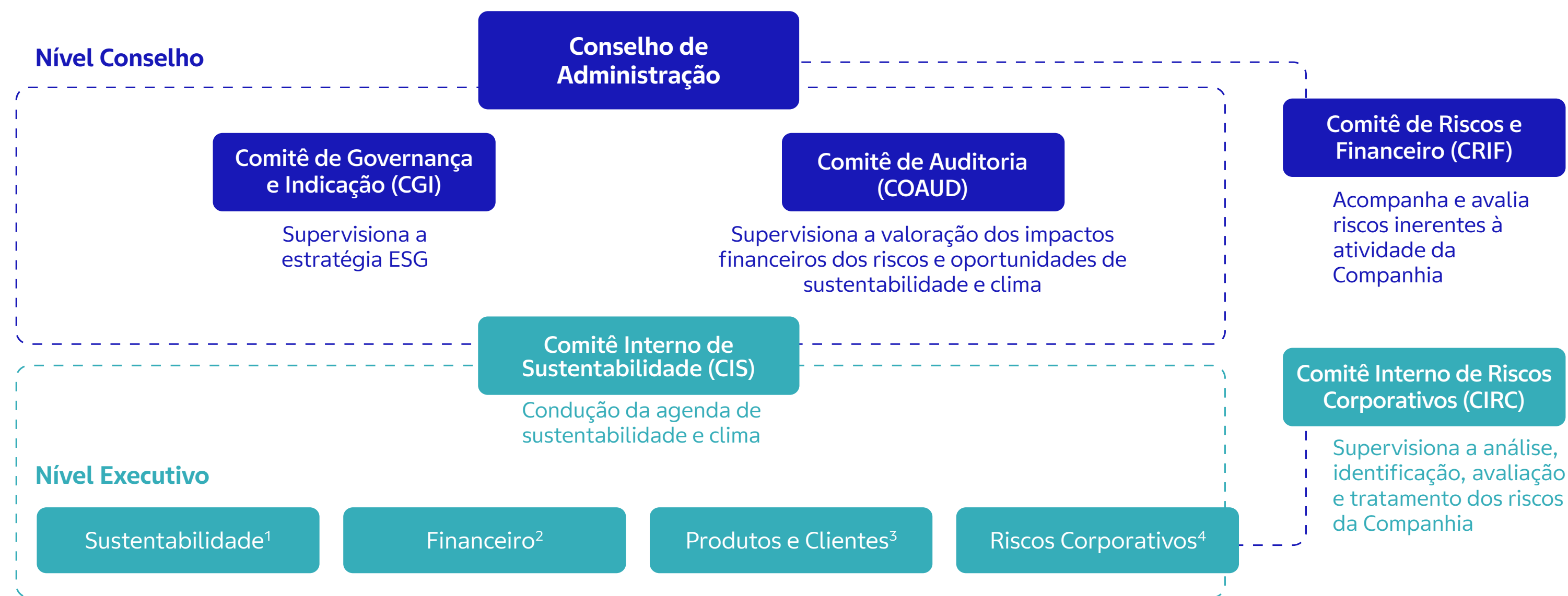
GOVERNANÇA

Governança de riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima

A B3 é uma corporação, ou seja, uma companhia com capital pulverizado, sem acionista controlador. Por essa razão, as assembleias assumem papel ainda mais relevante para estabelecer as estruturas de governança que asseguram a execução da estratégia alinhada à sustentabilidade e ao compromisso de geração de valor para os acionistas.

O modelo de governança corporativa da B3 é sustentado por três pilares: Assembleias Gerais de Acionistas; órgãos de administração; e órgão de fiscalização e controle. Os órgãos de administração consistem em Conselho de Administração (CA), Comitês de Assessoramento do CA, Diretoria Colegiada (DC), Comitês de Assessoramento da DC e Comitês de Assessoramento ao CEO.

A forma como esses órgãos supervisionam os riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima está apresentada a seguir:



1. Vice-Presidência de Pessoas, Marca, Comunicação, Sustentabilidade e Investimento Social.
2. Diretoria Executiva Administrativa e de Relações com Investidores.
3. Vice-Presidência de Produtos e Clientes.
4. Diretoria de Governança, que faz parte da Diretoria Executiva de Governança, Gestão Integrada e Segurança Cibernética.

Estrutura e papéis de governança

[IFRS S1 27.a.i; S1 27.a.iii; S2 6.a.i; S2 6.a.iii]

ÓRGÃO	FREQUÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES
Conselho de Administração (CA)	Periodicamente, ao menos uma vez por ano, por meio de reportes realizados por três de seus Comitês de Assessoramento (CGI, COAUD e CRIF) e/ou reportes diretos das áreas de negócio.	Órgão responsável por proteger e maximizar o valor da Companhia e zelar por sua perenidade. Para cumprir essa missão, orienta os negócios, define diretrizes e delibera sobre questões estratégicas. O CA é responsável pela avaliação do funcionamento e da eficácia do sistema de gerenciamento de riscos e controles internos, conforme o Estatuto Social. Adicionalmente, acompanha assuntos relacionados à sustentabilidade, tendo em vista aspectos regulatórios, econômicos, sociais e ambientais envolvidos, supervisiona e aprova a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que é objeto de revisão a cada dois anos.
Comitê de Governança e Indicação (CGI)	Periodicamente, ao menos uma vez por ano, por meio de reporte do Comitê Interno de Sustentabilidade sobre a estratégia e o planejamento ESG da Companhia.	Apoia o CA nos processos de governança corporativa e acompanha assuntos relacionados à pauta de sustentabilidade e à adoção de práticas que busquem a perenidade do negócio, considerando aspectos regulatórios, econômicos, sociais e ambientais, conforme formalizado no Estatuto Social da B3 .
Comitê de Auditoria (COAUD)	Periodicamente, ao menos uma vez por ano, por meio de reporte do Comitê Interno de Sustentabilidade e supervisão contínua, conforme necessário.	O COAUD, na qualidade de Comitê de Assessoramento ao CA, é responsável por supervisionar a atuação da auditoria interna e externa, e monitorar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como a efetividade dos sistemas de controles internos e de monitoramento das exposições de riscos, conforme seu Regimento Interno e o Estatuto Social. A partir de 2026, o Comitê de Auditoria passou a avaliar os processos, controles e resultados referentes à valoração dos impactos financeiros dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima e supervisionar a sua conciliação com as Demonstrações Financeiras.
Comitê de Riscos e Financeiro (CRIF)	Ao menos seis vezes ao ano, em calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário.	O CRIF, na qualidade de Comitê de Assessoramento ao CA, tem como principal objetivo acompanhar os riscos inerentes às atividades da Companhia em suas diversas modalidades, com enfoque estratégico e estrutural, conforme formalizado no Estatuto Social e previsto em seu Regimento Interno .
Comitê Interno de Riscos Corporativos (CIRC)	Periodicamente, em calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário, para deliberar sobre os principais temas relacionados à gestão de riscos corporativos.	Tem a responsabilidade de auxiliar na condução dos temas de riscos corporativos e continuidade de negócios da B3. Compete ao Comitê, dentre outras atribuições, a identificação e o acompanhamento da evolução dos riscos corporativos, bem como o acompanhamento de indicadores de riscos e auxílio na identificação dos eventos de riscos futuros com potencial impacto na Companhia, conforme previsto em seu Regimento Interno e na Política de Gestão de Riscos Corporativos .
Comitê Interno de Sustentabilidade (CIS)	Ao menos três vezes ao ano, em calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente sempre que necessário.	No nível executivo, a Companhia conta com o Comitê Interno de Sustentabilidade (CIS), que atua por delegação da Diretoria Colegiada na condução da agenda de sustentabilidade e mudança do clima. Seu Regimento Interno foi revisado em 2026. Compete ao CIS fornecer orientação estratégica dos temas de sustentabilidade e clima; acompanhar e aprovar o planejamento estratégico e das iniciativas ESG; supervisionar a definição e monitorar as metas associadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima; acompanhar a valoração dos riscos e oportunidades considerados materiais; supervisionar a integração dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima à estrutura de gestão de riscos corporativos e à estratégia da Companhia.

Habilidades e competências

[IFRS S1 27.a.ii; S2 6.a.ii]

As habilidades e as competências para supervisão da estratégia da Companhia são determinadas por dois processos:

1. Seleção dos conselheiros a partir de competências

A B3 busca assegurar que os seus órgãos de governança sejam compostos por indivíduos que, além de atenderem aos requisitos legais, regulamentares e estatutários em vigor, tenham trajetórias profissionais reconhecidas, sólida experiência, visão estratégica, alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e o Código de Conduta da Companhia, assim como disponibilidade de tempo. Além disso, são considerados aspectos de diversidade, bem como a complementaridade de conhecimentos e experiências que atendam às necessidades estratégicas da Companhia e às particularidades do seu negócio.

Para garantir tal composição, durante o processo de seleção e indicação dos membros desses órgãos, os candidatos deverão apresentar experiência, conhecimento (prático e acadêmico) e/ou atuação profissional destacada em posição de liderança em instituição ou entidade em ao menos uma das seguintes áreas de atuação: auditoria, mercado financeiro e de capitais, finanças corporativas, legislação, regulação, governança corporativa, riscos, sustentabilidade, social, ambiental, capital humano e transformação cultural, tecnologia e inovação, segurança cibernética e foco no cliente. Esse processo permite verificar se os membros reúnem as competências necessárias para a adequada supervisão dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima.

Entre as competências mapeadas, destacam-se finanças corporativas, riscos e temas de sustentabilidade, sociais e ambientais, consideradas temas-chave para essa supervisão. Dos 11 conselheiros, 100% têm ao menos uma dessas competências, sendo que 5 conselheiros e 2 membros externos declaram ter experiência profissional e competência em sustentabilidade e temas socioambientais.

Os três Comitês de Assessoramento que supervisionam temas de sustentabilidade e clima — o CRIF, CGI e COAUD— têm ao menos um membro com competências na categoria de sustentabilidade, social e ambiental.

Nos fóruns executivos, os comitês internos são compostos por lideranças responsáveis pela gestão de riscos e oportunidades, assegurando visão integrada e multidisciplinar. Quando necessário, membros externos participam das reuniões para garantir o conhecimento relevante nos temas sendo debatidos.

2. Capacitação e engajamento

Os membros do Conselho de Administração participam periodicamente de treinamentos online sobre temas como práticas anticorrupção; prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa; diversidade, equidade e inclusão; Código de Conduta e Ética; segurança cibernética e proteção de dados. Além disso, conforme necessário, são apresentadas pílulas de conhecimento a partir de tendências ou demandas de mercado.



Responsabilidade Executiva

[IFRS S1 27.b.i; S1 27.b.ii; S2 6.b.i; S2 6.b.ii]

Os riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima são gerenciados e acompanhados continuamente pelas áreas de negócio representadas no Comitê Interno de Sustentabilidade, de acordo com as responsabilidades especificadas ao lado.

ÁREAS	ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES
Vice-Presidência de Pessoas, Marca, Comunicação, Sustentabilidade e Investimento Social*	Responsável por conectar os principais temas e tendências de sustentabilidade e clima com o negócio e a estratégia da B3, em linha com seus objetivos estratégicos e com as melhores práticas ESG. Conta com a Superintendência de Sustentabilidade, que elabora um planejamento estratégico ESG de curto e longo prazo, que leva em consideração os riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima priorizados a partir da dupla materialidade e de parâmetros internacionais. Também é a responsável pela elaboração das metas de sustentabilidade e clima, revisadas anualmente e atreladas à remuneração variável dos líderes desta vice-presidência. As metas são acompanhadas pelo Comitê Interno de Sustentabilidade. Mais detalhes sobre as metas de 2025 estão disponíveis em Metas e Métricas.
Diretoria de Governança	A Diretoria de Governança integra a segunda linha da estrutura de gestão de riscos da B3 e é responsável por determinar direções, definir diretrizes, realizar avaliações e implementar ações relacionadas a controles internos, riscos corporativos, gestão de crises, continuidade de negócios e compliance, atuando como suporte às áreas de negócio e aos administradores na tomada de decisões. Dentre suas atribuições, inclui-se a gestão de riscos relacionados à temática de sustentabilidade e ao clima, que segue o mesmo modelo de gestão de riscos corporativos da Companhia. A Diretoria de Governança é responsável por reportar e levar à apreciação da Alta Administração aspectos relacionados à gestão dos riscos corporativos da B3, incluindo os riscos de sustentabilidade e clima, em consonância com as diretrizes estabelecidas nas políticas e normas da Companhia.
Diretoria Executiva Administrativa e de Relações com Investidores	É responsável pela valoração dos impactos financeiros dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima priorizados no curto, médio e longo prazo, assim como pela gestão dos controles internos financeiros desses impactos e sua conciliação com as Demonstrações Financeiras. Em conjunto com os membros do CIS e sob supervisão do COAUD, propõe a metodologia de valoração e a adoção de premissas para os cálculos dos impactos.
Vice-Presidência de Produtos e Clientes	A Vice-Presidência de Produtos e Clientes, com o apoio da Superintendência de Balcão, é a área responsável pelos produtos de renda fixa ESG e, em conjunto com a Superintendência de Sustentabilidade, acompanha as tendências relacionadas à agenda de produtos ESG, como o Mercado Regulado de Carbono no Brasil (SBCE) e a Taxonomia Sustentável Brasileira. Com o papel de primeira linha na estrutura de gestão de riscos da B3, a Vice-Presidência é responsável por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos decorrentes de seus produtos, serviços e iniciativas. No exercício desse papel, a Diretoria de Riscos Corporativos atua em sua supervisão, a fim de assegurar que os riscos sejam geridos e tratados em conformidade com as políticas corporativas e com o apetite a risco definido.

*A partir de 17 de agosto de 2026, a Vice-Presidente de Pessoas, Marca, Comunicação, Sustentabilidade e Investimento Social deixou a Companhia. As atribuições e responsabilidades descritas nesta seção permaneceram inalteradas, sendo as responsabilidades das áreas anteriormente sob sua gestão assumidas pela administração da Companhia até a conclusão do processo de sucessão.

Supervisão da Estratégia

[IFRS S1 27.a.iv; IFRS S2 6.a.iv]

A supervisão da estratégia da Companhia integra aspectos de sustentabilidade e clima ao planejamento estratégico anual, aprovado e acompanhado pelo Conselho de Administração.

A estratégia de sustentabilidade, revisada em 2025, orienta a gestão do tema com base em dois pilares — atuação como empresa listada e como infraestrutura de mercado — e é operacionalizada pela Superintendência de Sustentabilidade, que define prioridades anuais conforme as demandas desses pilares.

A governança inclui supervisão pelo Comitê Interno de Sustentabilidade, Comitê de Governança e Indicação e Conselho de Administração. Atualmente, não há processos formais específicos para a análise de *trade-offs* relacionados a sustentabilidade e clima. Assim, a consideração desses fatores em decisões estratégicas pode variar conforme o contexto e a estratégia vigente.

Gestão de Metas e Remuneração Variável

[IFRS S1 27.a.v; S2 6.a.v]

As metas de sustentabilidade e clima são estabelecidas anualmente de forma integrada à gestão de metas da Companhia, contemplando três categorias de metas que impactam a remuneração variável:

(i) Metas corporativas

Estabelecidas anualmente e acompanhadas trimestralmente pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Pessoas e Remuneração, representam os desafios estratégicos da Companhia e impactam diretamente a remuneração do CEO, da Diretoria Colegiada e de todos os colaboradores. Em 2025, o pilar ESG possuiu peso de 5% e teve como objetivo manter a constante evolução das práticas de sustentabilidade e clima da Companhia.

(ii) Metas da área

Correspondem a objetivos que impactam equipes inteiras e são definidas por níveis de Vice-Presidência e Diretoria.

(iii) Metas individuais

Acordadas entre cada pessoa e seu gestor direto.

Os temas de sustentabilidade e clima são representados anualmente nas três categorias de metas, a partir dos objetivos e demandas definidos por cada área e indivíduo responsável pela gestão dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima.

Políticas Corporativas

[IFRS S1.27.a.i; S2.6.a.i]

A gestão dos temas de sustentabilidade e clima está formalizada em três políticas, aprovadas pelo Conselho de Administração:

- **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:** Apresenta diretrizes de gestão e estratégia dos principais temas de sustentabilidade e clima da Companhia.
- **Política de Gestão de Riscos Corporativos:** Apresenta diretrizes para a gestão de riscos corporativos da Companhia.
- **Política de Indicação de Administradores:** Estabelece as diretrizes aplicáveis para indicação e seleção de candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao CA e integrantes da Diretoria Colegiada, incluindo aspectos relacionados às competências desejáveis para a sua composição, entre elas as relacionadas a sustentabilidade e clima.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

Estrutura de gestão de riscos

[IFRS S1 44.a; 44.b; 44.c; IFRS S2 25.a; 25.b; 25.c]

A gestão dos riscos associados à sustentabilidade e ao clima integra o modelo de gestão de riscos corporativos da B3, liderado pela Diretoria de Governança, que tem como atribuição central estabelecer diretrizes, metodologias e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento dos riscos da Companhia.

Sua atuação é orientada por práticas de mercado reconhecidas, como o COSO Enterprise Risk Management – Integrating with Strategy and Performance e a ABNT NBR ISO 31000:2018. A B3 possui declaração formal de alinhamento a esse referencial, emitida por empresa independente especializada, reforçando a credibilidade e a robustez da metodologia de gestão de riscos adotada pela Companhia.

As diretrizes que orientam sua atuação estão contempladas na Política de Gestão de Riscos Corporativos, documento que define princípios e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos corporativos, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos adotados em toda a organização, inclusive para temas climáticos e de sustentabilidade. O documento é revisado por diferentes instâncias da B3, inclusive com aprovação pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, a B3 estabelece, através do Procedimento de Avaliação de Risco de Fornecedores da B3, regras para a análise de risco da cadeia de valor de fornecedores e prestadores de serviço da B3, que contempla avaliações financeiras, de segurança da informação, reputacional e de práticas ESG, baseadas na gestão de riscos corporativos prevista na [Política de Gestão de Riscos Corporativos](#).

A estrutura que sustenta a abordagem está organizada em quatro linhas, modelo reconhecido no mercado e adequado à complexidade das operações da B3:

1ª LINHA – Áreas de Negócio

São as responsáveis primárias pelo gerenciamento dos riscos do negócio e dos controles internos. Atuam para que os processos operacionais sigam as políticas e diretrizes internas e alcancem os objetivos definidos.

2ª LINHA – Diretoria de Governança

Define diretrizes, realiza avaliações e implementa ações relacionadas a controles internos, riscos corporativos, gestão de crises, continuidade de negócios e compliance. Supervisiona a primeira linha, recomenda a aplicação de melhores práticas de governança, define diretrizes, políticas e metodologias e acompanha a aderência das áreas de negócios a esses instrumentos, apoiando a Alta Administração na visão integrada dos riscos.

3ª LINHA – Auditoria Interna

Fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Colegiada avaliações independentes sobre a efetividade da gestão de riscos, dos controles e dos processos de governança, além do cumprimento de normas e regulamentos.

4ª LINHA – Auditoria Externa Independente e Órgãos Reguladores*

A auditoria externa revisa as demonstrações financeiras para assegurar que estejam adequadamente elaboradas e sem distorções relevantes. Já os órgãos reguladores — como Banco Central, CVM e Superintendência de Seguros Privados (Susep) — supervisionam se mantemos infraestrutura adequada, controles robustos e conformidade com os normativos aplicáveis.

*A Companhia utiliza a abordagem *The Four Lines of Defence Model for Financial Institutions*, publicado pelo *Financial Stability Institute* do *Bank for International Settlements* (BIS) em sua estrutura de gestão de riscos.

Nossa estrutura de gestão do risco



Gerenciamento de riscos

[IFRS S1 44.a; IFRS S2 25.a]

A gestão de riscos corporativos é orientada pelos objetivos estratégicos da Companhia, bem como pelas oportunidades e ameaças que podem influenciar a tomada de decisão. O Conselho de Administração exerce papel fundamental ao acompanhar e avaliar os riscos associados às atividades da B3. Suportado por essa governança, o processo de gestão de riscos corporativos na B3 é estruturado nas seguintes etapas:

Identificação

[IFRS S1 44.a.(i); IFRS S2 25.a.(i)]

O gerenciamento de riscos corporativos da B3 utiliza duas abordagens complementares, de forma a identificar os riscos que possam afetar a consecução dos objetivos estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios da Companhia. Esse monitoramento tem o objetivo de assegurar que os riscos estejam alinhados com a estratégia definida pela Alta Administração:

- **Top-Down:** representam, na visão da Alta Administração, os riscos mais abrangentes, uma vez que podem impactar a consecução dos objetivos estratégicos da B3.
- **Bottom-Up:** representam os riscos processuais, de atividades, novos produtos e serviços e operações societárias, permitindo a identificação de vulnerabilidades próximas à operação.

Para a identificação dos riscos, são utilizadas fontes externas reconhecidas e internas, como diagnósticos com os líderes dos processos, análises de políticas, documentos, alterações de mercado, legais e regulatórias, entre outros fatores relevantes.

Especificamente para temas ESG, a Superintendência de Sustentabilidade atua como 1ª linha na identificação de riscos. Desde 2021, a área realiza levantamentos de riscos a que a Companhia está potencialmente exposta, com o apoio de consultorias externas especializadas.

O levantamento dos riscos e oportunidades é alinhado à dupla materialidade da Companhia, revisada a cada dois anos, e utiliza referências externas como a Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), World Risk Report do Banco Mundial e a materialidade e métricas para o setor de Security & Commodity Exchanges das normas *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Avaliação e priorização

[IFRS S1 44.a(iii); 44.a(iv); IFRS S2 (25.a(iii); 25.a(iv))]

Os riscos identificados são classificados em quatro categorias mapeadas no universo de riscos corporativos da B3:

Risco Estratégico

Risco Operacional

Risco Financeiro

Risco Regulatório

A análise de riscos considera a avaliação do efeito da incerteza considerando o cenário razoável de ocorrência, utilizando métricas de impacto e probabilidade, que culminam na priorização dos riscos mais relevantes para a Companhia.

A classificação da severidade do impacto dos riscos corporativos mapeados da B3 é realizada em conjunto com os donos dos processos e contempla a magnitude potencial das consequências da materialização dos eventos de risco, com uma régua de quatro níveis para as diferentes esferas das macrocategorias. A avaliação da probabilidade considera a chance de materialização dos eventos de risco a partir também de quatro níveis, que consideram aspectos temporais e atemporais, bem como a efetividade dos controles e avaliações quantitativas.

Nessa etapa, é realizada a apreciação do risco, que avalia a aderência do risco ao nível de apetite ao risco, culminando no acompanhamento e monitoramento periódico dos riscos alinhados ao apetite ou definição de ações corretivas para riscos desalinhados ao nível de risco que a B3 está disposta a incorrer na temática para atingir seus objetivos estratégicos.

A avaliação dos riscos de clima e sustentabilidade, alinhada à gestão de riscos corporativos da B3, considerou as avaliações de:

- Natureza do risco para classificação nas categorias B3 e diferenciação entre riscos de transição e físicos agudos e crônicos;
- Vetores e fatores de risco para identificação e análise dos canais concretos de materialização;
- Impacto potencial direto e indireto nos ativos da Companhia, cadeia de valor e clientes, bem como suas operações, estratégia, reputação e aspectos regulatórios;
- Probabilidade de ocorrência, considerando os controles e contingências conhecidas que possuem a capacidade de diminuição do risco; e
- Análise julgamental do impacto financeiro para levantamento das informações financeiramente materiais.

Comunicação e Monitoramento

[IFRS S1 44.a.(v); S2 25.a.(v)]

A depender da abordagem adotada, a Diretoria de Governança realiza o reporte da gestão de riscos aos respectivos responsáveis, como a Alta Administração, as Diretorias Executivas e os Comitês de Assessoramento, com o objetivo de capturar e transmitir as informações pertinentes, em formato e prazo que possibilitem a execução de suas responsabilidades.

Os controles dos riscos são monitorados periodicamente a fim de identificar o comportamento do risco ao longo do horizonte de tempo. Para analisar a aderência ao apetite a risco, são utilizadas ferramentas como avaliações e indicadores de riscos – tanto direcionadores, quanto de resultado.

Em linha com o processo vigente de gestão de riscos corporativos da B3, os riscos relacionados ao clima e à sustentabilidade são monitorados e reportados periodicamente ao Comitê Interno de Riscos Corporativos (CIRC) e ao Comitê de Riscos e Financeiro (CRIF).

Gerenciamento de Oportunidades

[IFRS S1 44.b; IFRS S2 25. b]

A governança das oportunidades de sustentabilidade e clima na Companhia está integrada à sua estrutura de governança corporativa e planejamento estratégico, e apresenta similaridades ao processo de gestão de riscos, com adaptações nas responsabilidades executivas e dos órgãos de governança.

As áreas responsáveis por produtos, serviços e operações atuam na 1ª linha da estrutura de gestão de riscos corporativos e são responsáveis pela identificação e avaliação das oportunidades. Elas recebem suporte técnico da Superintendência de Sustentabilidade, contribuindo para a consistência metodológica, conexão com temáticas de sustentabilidade e clima, alinhamento a referências nacionais e internacionais e benchmarking setorial.

A supervisão das oportunidades é exercida pelo Comitê Interno de Sustentabilidade (CIS), que reporta a dois comitês de assessoramento do Conselho de Administração: o Comitê de Auditoria (COAUD) supervisiona os impactos financeiros das oportunidades, enquanto o Comitê de Governança e Indicação (CGI) supervisiona as oportunidades no contexto da estratégia de sustentabilidade, assegurando integração com a tomada de decisão estratégica da Companhia.

Em 2024, no contexto de preparação para o reporte IFRS S1 e S2, a B3 iniciou a implementação de um processo estruturado para identificação, análise e priorização de oportunidades com potencial de impactar suas perspectivas financeiras no curto, médio e longo prazo, integrado ao ciclo de planejamento estratégico de 5 anos da Companhia. Cada etapa desse processo está em constante refinamento metodológico, evoluindo para a inclusão de métricas de acompanhamento e comunicação.

O processo de gestão atual inclui as seguintes etapas:

Identificação

As oportunidades são identificadas a partir de estudos previamente realizados pela Companhia, como a análise de dupla materialidade e análise de cenários climáticos a partir de cenários da NGFS, que contou com a identificação de oportunidades relacionadas à transição climática. Também são consideradas oportunidades apresentadas por pares internacionais, incluindo bolsas de valores e empresas de tecnologia, e pares nacionais do setor financeiro.

Priorização

Essa etapa considera a conexão com temas e métricas para o setor de *Security & Commodity Exchanges* das normas SASB e com os 12 temas priorizados na dupla materialidade. São priorizadas as oportunidades alinhadas a essas duas fontes.

Análise

As oportunidades priorizadas são segmentadas em vetores de ocorrência, e cada uma é avaliada sob as óticas de probabilidade e impacto. Essa análise considera eventos externos, como a percepção de investidores, demandas de clientes e tendências regulatórias e do mercado nacional e internacional; e eventos internos na Companhia, principalmente os investimentos recentes em produtos e serviços com tendência de expansão, prioridades do planejamento estratégico vigente e dados históricos de receita de produtos e serviços.

A partir dessa análise, o escopo da oportunidade é refinado com a identificação de aspectos que possam impactar a Companhia financeiramente, de forma razoável e relevante.

Projeção do potencial impacto financeiro

A partir de dados públicos de mercado e do histórico financeiro da B3, o impacto financeiro é mensurado por vetor, isolando o efeito da oportunidade de outros fatores macroeconômicos ou de mercado. Dessa forma é avaliada a materialidade financeira do efeito da oportunidade priorizada.

Análise de cenários climáticos

[IFRS S1 44.a(ii); IFRS S2 25.b]

Em 2024, a Companhia passou a utilizar análise de cenários climáticos para identificar riscos e oportunidades, com base em quatro cenários — Net Zero 2050, Delayed Transition, Fragmented World e Current Policies — disponibilizados pela Network of Central Banks and Supervisors for Greening the Financial System (NGFS), selecionados por serem amplamente adotados por instituições financeiras e bolsas de valores globais e por permitirem avaliar a resiliência da Companhia diante de diferentes trajetórias de transição para uma economia de baixo carbono e de intensificação dos riscos físicos relacionados ao clima. A seleção considerou tanto um cenário alinhado ao objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C (Net Zero 2050) quanto um cenário com aquecimento superior a 3°C (*Current Policies*), garantindo amplitude de perspectivas para avaliação da resiliência da estratégia frente aos riscos climáticos apresentados neste relatório. Os cenários foram avaliados em três horizontes temporais — 2025 (curto prazo), 2030 (médio prazo) e 2050 (longo prazo). As análises consideraram diferentes premissas relacionadas à evolução de políticas climáticas e regulatórias, tendências macroeconômicas, desenvolvimento tecnológico, consumo e preços de energia, precificação de carbono, bem como variáveis climáticas e socioeconômicas relevantes, incluindo temperatura, precipitação, exposição a eventos extremos, produtividade agrícola e outros fatores capazes de influenciar a materialização de riscos físicos e de transição nos diferentes cenários avaliados. Os quatro cenários utilizados contemplaram riscos físicos agudos e crônicos, riscos de transição de mercado e regulatórios e oportunidades relacionadas a fluxo de capital, resiliência e produtos e serviços ESG, abrangendo as atividades da B3 e, de forma indireta, aspectos relevantes de sua cadeia de valor. O resultado dessa análise, realizada durante o exercício de 2024, foi utilizado como base técnica para a identificação e priorização dos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima.

RISCOS

RISCOS DE SUSTENTABILIDADE

A análise de riscos de sustentabilidade da Companhia levou em consideração riscos relacionados aos temas materiais da dupla materialidade da B3, sua conexão com os temas materiais e métricas para o setor de *Security & Commodity Exchanges* das normas *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e seu alinhamento aos principais riscos da matriz de riscos corporativa vigente.

Para fins deste relatório, a partir de uma análise de probabilidade razoável e impacto relevante aos negócios, foi priorizado um risco:

RS01

Perda ou violação de dados devido a ataques cibernéticos

Classificação: risco operacional

Vetores priorizados: ataque cibernético com violação de dados; ataque cibernético por ransomware

Horizonte temporal*: [IFRS S1 30.b]

2026	2029	2030+
Curto prazo (1 ano)	Médio prazo (de 2 a 4 anos)	Longo prazo (5 anos ou mais)

Potencial impacto: impactos financeiros relacionados a multas, despesas legais, judicialização, honorários advocatícios e acionamento de direitos dos titulares e potencial paralisação dos sistemas B3 nos ambientes de Listados e Balcão

Rubricas potencialmente impactadas: [IFRS S1 21.b(ii); 40.b]

- Receita operacional no segmento de Mercados e Tecnologia & Plataformas
- Despesas diversas (Notas explicativas 11 e 18 das Demonstrações Financeiras)
- Tecnologia da informação
- Serviços de terceiros
- Pessoal e encargos

Descrição do risco

[IFRS S1 30.a; 32.a; 32.b]

A B3 atua como infraestrutura essencial do mercado financeiro, com operações dependentes de sistemas tecnológicos, da conectividade entre os ambientes críticos e do processamento contínuo de informações sensíveis. A confidencialidade, integridade e disponibilidade desses sistemas são fundamentais para a adequada prestação de serviços e manutenção do funcionamento do mercado. Nesse contexto, a exposição ao risco considera prioritariamente os dados e sistemas sob gestão direta da própria B3, não contemplando, neste escopo, dependências de terceiros ou fornecedores.

A crescente sofisticação, disrupção e recorrência de ameaças cibernéticas, reconhecida em âmbito global, pode elevar a exposição da Companhia a eventos como acessos não autorizados, vazamento e violação de dados, bem como a indisponibilidade, lentidão ou degradação de sistemas e serviços das operações da B3.

A materialização do risco pode afetar diretamente a continuidade de atividades críticas, comprometendo processos operacionais, a prestação de serviços a clientes e participantes e o cumprimento de obrigações legais, regulatórias e contratuais. Os impactos operacionais de eventos dessa natureza podem resultar na mobilização de recursos para contenção, investigação, remediação, recuperação e fortificação de ambientes, bem como em potenciais efeitos financeiros e regulatórios adversos.

*O horizonte temporal foi estendido de 2028 para 2029 no médio prazo e para 5 anos ou mais no longo prazo para contabilizar os prazos mais prováveis dos custos de judicialização, que se estendem para além de 5 anos no caso de materialização.

Adicionalmente, pode haver impactos reputacionais que impactem a credibilidade dos sistemas da B3 perante os participantes do mercado.

Considerando a natureza crítica de suas atividades, tais eventos podem influenciar a capacidade da B3 de preservar valor e sustentar a continuidade e a confiabilidade de seus serviços. Os eventos também podem ocorrer de forma interdependente, a exemplo de ataques de *ransomware* que possam resultar simultaneamente em indisponibilidade de sistemas e violação de dados, potencializando os impactos. Na análise do risco, os vetores foram avaliados em conjunto e separadamente.

A expectativa de materialização desse risco tende a se concentrar no médio e longo prazo e com probabilidade remota no curto prazo, considerando o conjunto atual de medidas de mitigação e controles implementados pela Companhia, incluindo planos estruturados de continuidade, arquitetura de proteção em camadas e testes recorrentes de resposta a incidentes. Adicionalmente, a evolução tecnológica e a crescente sofisticação de agentes maliciosos podem trazer cenários de maior complexidade e incerteza no futuro, exigindo rápida adaptação para manutenção de níveis adequados de segurança e resiliência operacional.

Gestão de Risco e Mitigação
[IFRS S1 33.a; 41; SASB FN-EX-550A.3]

A Companhia avalia continuamente sua capacidade de resposta e recuperação a incidentes cibernéticos. Dentre eles, destacam-se:

Integração da gestão de risco, governança e conformidade –
Gestão do risco cibernético integrada às estruturas de segurança da informação, privacidade e proteção de dados pessoais, jurídico, continuidade de negócios e governança, permitindo que eventuais incidentes sejam tratados sob perspectivas técnica, operacional, regulatória e institucional. Essa integração favorece a atuação coordenada na identificação, contenção, resposta, comunicação e recuperação de eventos, bem como o monitoramento de impactos sobre dados, sistemas, processos críticos e obrigações aplicáveis, com base em referências de mercado e certificações, como o NIST e a ISO 27001, incluindo diretrizes formais de proteção de dados pessoais e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com suporte de equipe multidisciplinar e estruturas dedicadas à gestão e ao reporte de incidentes.

Controles técnicos, monitoramento e testes contínuos –
Realização contínua de auditorias internas e externas, testes de invasão, avaliações de vulnerabilidades e simulações de incidentes, incluindo cenários de indisponibilidade de sistemas e vazamento de dados pessoais. Essas atividades são complementadas pela evolução da arquitetura de segurança, com práticas como automação da resposta a incidentes, gestão de acessos e segmentação de ambientes, além da adoção de *security by design*, incorporando requisitos de segurança desde o início do desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Continuidade de negócios, contingência e resposta a incidentes
– Manutenção de planos de continuidade de negócios e de resposta a incidentes, testados, revisados e atualizados com base na análise de vulnerabilidades e em cenários realistas, incluindo exercícios simulados. Esses planos são suportados por estratégias de continuidade operacional, como ambientes alternativos, ampliação da cobertura de backup e recuperação de dados, assegurando a capacidade de restauração de sistemas críticos.

Capacidade de adaptação e cultura organizacional – Adoção contínua de medidas para adaptação à evolução do cenário de ameaças cibernéticas, incluindo o alinhamento a *frameworks* internacionais e ações de conscientização e treinamento em segurança da informação e proteção de dados pessoais, visando reduzir vulnerabilidades associadas ao fator humano e fortalecer a cultura de segurança.

Até o atual momento, não foram identificadas ameaças cibernéticas que tenham afetado materialmente as operações e a reputação da Companhia.

Efeitos financeiros do risco

[IFRS S1 34.a; 34.b; 35.a; 35.b; 38.a; 38.b; 40.a; 40.b]

Efeitos financeiros atuais

A Companhia não identificou impactos financeiros materiais associados à materialização do risco avaliado, tampouco efeitos relevantes sobre o fluxo de caixa, a posição financeira e o desempenho financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos financeiros futuros

A materialização desse risco pode gerar aumento de custos operacionais (OPEX) em diferentes horizontes temporais, com maior probabilidade no médio e longo prazo dadas as contingências atualmente implementadas, mas com incertezas quanto à magnitude desses efeitos. Os custos estão relacionados à contenção do incidente, investigação e restauração de sistemas.

Em um cenário mais crítico, no caso do cenário de um ataque cibernético do tipo *ransomware*, potenciais interrupções ou indisponibilidade dos sistemas da Companhia podem levar à perda de receitas, mas há incertezas em relação aos efeitos indiretos a partir da interrupção, que impedem uma mensuração quantitativa completa dos impactos financeiros.

Em paralelo, podem surgir obrigações decorrentes de processos judiciais, demandas de titulares de dados e potenciais sanções administrativas impostas por órgãos reguladores, gerando despesas jurídicas que podem se estender além do longo prazo, mas com incerteza quanto à magnitude e à duração.

No longo prazo, os impactos tornam-se mais incertos, sobretudo em função de efeitos indiretos, como potenciais danos reputacionais à marca B3 e à percepção de investidores e participantes de mercado. Esse cenário pode afetar a atratividade da infraestrutura de mercado operada pela Companhia, influenciar decisões de alocação de capital e elevar o custo de capital. Pode haver necessidade de intensificação de gastos com segurança cibernética e governança de dados, pressionando a estrutura de custos.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

As principais incertezas que impedem a mensuração quantitativa desse risco são:

- Duração e desfecho de potenciais processos judiciais, a depender da magnitude do ataque cibernético, dada a falta de histórico e alta variabilidade a partir de características do incidente;
- Determinação da extensão e sensibilidade dos dados potencialmente comprometidos;
- Intensidade, duração e extensão dos danos reputacionais e efeito nos participantes de mercado, uma vez identificada a dificuldade na capacidade de isolamento dos impactos decorrentes exclusivamente do incidente cibernético;
- Impossibilidade de determinação da capacidade de propagação/contaminação de ambientes além da B3.

Em relação aos julgamentos, a análise do impacto financeiro assume que os efeitos diretos e indiretos devem ser avaliados em conjunto, dada a relevância do tema para os investidores da Companhia. Dessa forma, não foram isolados na avaliação financeira.



Investimentos futuros e resiliência da estratégia

[IFRS S1 35.c(i); 41]

A B3 realiza investimentos contínuos e recorrentes no fortalecimento de sua segurança cibernética, com foco na evolução de controles preventivos, detectivos e responsivos, na proteção de dados e sistemas críticos, no aprimoramento da resiliência operacional e na adaptação ao cenário dinâmico de ameaças. Esses investimentos abrangem, de forma integrada, iniciativas de monitoramento, gestão de vulnerabilidades, proteção de ambientes tecnológicos, segurança no desenvolvimento de aplicações, gestão de acessos, continuidade de negócios, avaliação de terceiros e ações de conscientização, contribuindo para a manutenção de uma estrutura de controles compatível com a relevância e criticidade das operações da Companhia.

Considerando essas iniciativas e os mecanismos de gestão já incorporados às operações, a Companhia avalia que sua exposição atual ao risco identificado permanece compatível com a manutenção da resiliência operacional e da disponibilidade dos serviços nos horizontes analisados.

RISCOS CLIMÁTICOS

A análise de riscos climáticos da B3 leva em consideração riscos físicos agudos e crônicos, e riscos de transição, buscando identificar os elementos climáticos que podem impactar as principais infraestruturas, operações, fornecedores e clientes da Companhia.

Para fins deste relatório, em linha com a materialidade financeira e análise de probabilidade razoável, foram priorizados três riscos climáticos, sendo dois físicos e um de transição.



RF01

Eventos climáticos extremos sobre operações próprias

Classificação:
risco físico (agudo e crônico) [\[IFRS S2 10.b\]](#)

Vetores agudos:
chuvas e ventos intensificados e calor extremo

Vetores crônicos: secas extremas e prolongadas

Horizonte temporal: [\[IFRS S2 10.c\]](#)

2026	2030	2050
Curto prazo (1 ano)	Médio prazo (2 a 5 anos)	Longo prazo (acima de 5 anos)

Ativo impactado:
Data Center de Santana de Parnaíba [\[IFRS S2 13.b\]](#)

Potencial impacto: indisponibilidade de energia elétrica e/ou água, com efeitos sobre a continuidade operacional e custos adicionais decorrentes do uso intensificado dos equipamentos de resfriamento [\[IFRS S2 13.a\]](#)

- Rubricas potencialmente impactadas:** [\[IFRS S2 21.b\]](#)
- Receita operacional nos segmentos de Mercados e Tecnologia & Plataformas
 - Despesas diversas (Nota explicativa 18 das Demonstrações Financeiras)

Descrição do Risco

[\[IFRS S2 10.a; 13.a; 13.b\]](#)

A B3 está exposta a riscos climáticos físicos decorrentes de eventos extremos, classificados como agudos — como chuvas intensificadas, ventos fortes e calor extremo — e crônicos — como secas prolongadas — com potencial de impactar diretamente a operação de sua infraestrutura crítica, especialmente o Data Center localizado em Santana de Parnaíba (SP).

O Data Center da B3 caracteriza-se como um ativo crítico para a sustentação dos [mercados administrados pela Companhia](#), sendo o maior centro de liquidez da América Latina, que oferece soluções e serviços para o ecossistema do mercado financeiro e de capitais.

Esse ativo é essencial para a sustentação dos mercados administrados pela Companhia, suportando serviços críticos, incluindo o *co-location*, que consiste na disponibilização do espaço físico e da infraestrutura do Data Center da B3 para que os membros do ecossistema financeiro relacionados aos mercados administrados pela organização (tais como bancos, corretoras e investidores de alta frequência) armazenem seus servidores, equipamentos e aplicações, para acesso rápido às plataformas de negociação da Companhia.

Dada a proximidade física à infraestrutura, os clientes conseguem acessar os ambientes de negociação e pós-negociação com baixa latência (tempo de resposta) nas operações. Dessa forma, a disponibilidade contínua dos sistemas constitui elemento central do modelo de negócios e da geração de valor da Companhia no curto, médio e longo prazo.

Os riscos identificados podem comprometer a continuidade operacional principalmente por:

- indisponibilidade de energia elétrica;
- restrição de disponibilidade hídrica;
- aumento da carga térmica e impacto nos sistemas de climatização.

A análise foi conduzida com base em dois cenários climáticos da NGFS: *Fragmented World* e *Current Policies*, com priorização do cenário *Fragmented World* para definição das premissas e métricas de impacto utilizadas nas projeções futuras, com o objetivo de avaliar um cenário mais adverso para avaliação dos impactos e teste de resiliência.

Os vetores analisados incluíram:

Chuvas e ventos intensificados (risco físico agudo) - Considera-se como evento extremo as ocorrências de chuva acima do percentil 99,9º da precipitação diária do período, a partir dos cenários da NGFS. A ocorrência recorrente e intensificada desses eventos pode elevar a interrupção no fornecimento de energia elétrica e risco de alagamentos no entorno urbano, podendo afetar o acesso operacional ao Data Center e exigir maior acionamento de sistemas de contingências energéticas. Em 2025, não foi registrada ocorrência desse vetor, levando à conclusão de baixa probabilidade e impacto.

Calor extremo (risco físico agudo) - Considera-se como evento extremo dias consecutivos com temperaturas acima de 32°C, levando a aumento da demanda por energia elétrica e água para refrigeração dos sistemas. Em 2025, não foram registradas ocorrências relevantes desse vetor, levando à conclusão de baixa probabilidade e impacto.

Secas extremas e prolongadas (risco físico crônico) - Definido pela redução da disponibilidade hídrica necessária para os sistemas de refrigeração. A ocorrência mais recente desse evento se concretizou em 2014, com baixas históricas no Sistema Cantareira. Em 2025, não foram registradas ocorrências relevantes desse vetor, levando à conclusão de baixa probabilidade e impacto.

Esses eventos podem pressionar sistemas críticos de infraestrutura, aumentando a probabilidade de acionamento de contingências operacionais, potencial elevação dos custos financeiros e, em cenários mais críticos, impactos na continuidade dos serviços prestados, levando à queda de receitas provenientes dos serviços dependentes do Data Center, como o *co-location*.

Apesar da exposição identificada para cada vetor, a probabilidade de ocorrência de impactos relevantes é considerada baixa, considerando a localização geográfica do Data Center e os controles e ações de mitigação implementados.

Gestão de Risco e Mitigação [IFRS S1 33.c; IFRS S2 14.a(ii)]

A relevância da estrutura do Data Center, pautado principalmente no pilar de resiliência operacional da Companhia, permeia escolhas estratégicas para mitigação do risco de eventos climáticos nas operações próprias da B3, assegurando a disponibilidade e eficiência dos serviços mesmo em cenários de riscos climáticos.

Para a escolha da localização do Data Center, foram avaliados critérios relacionados à continuidade dos negócios e à mitigação de riscos, incluindo a adoção de recomendações e boas práticas nacionais e internacionais para a localização de sites críticos, como a separação geográfica entre o site principal e o site de contingência (entre 20 e 40 km), a redução da exposição aos mesmos riscos existentes na região central de São Paulo, a seleção de áreas não sujeitas a inundações, com disponibilidade e redundância de energia elétrica e telecomunicações, além da

facilidade de recuperação das operações em caso de eventos adversos. O site de Santana de Parnaíba atende a esses requisitos e apresenta baixa suscetibilidade a inundações relevantes, favorecida por características topográficas que reduzem o risco de enchentes.

A Companhia mantém um conjunto robusto de medidas de mitigação, incluindo:

Infraestrutura e redundância

- Equipamentos e sistemas de resfriamento com capacidade de serem reparados ou substituídos sem a interrupção da operação, garantindo uma disponibilidade de 99,98% e infraestrutura de segurança 24 horas, sete dias por semana;
- Data Center reserva no Centro de São Paulo;
- Muro de arrimo e localização geográfica elevada, garantindo uma estrutura física projetada para suportar eventos extremos.

Gestão energética

- Geradores com acionamento automático;
- Autonomia operacional com combustível e reabastecimento estruturado.

Gestão hídrica

- Fontes alternativas de abastecimento como poço artesiano e reservatórios com autonomia média de até quinze dias;
- Expansão planejada das fontes de abastecimento previstas no plano de contingência.

Gestão térmica

- Integração entre sistemas energéticos e hídricos para acionamento de contingências em cenários de aumento de carga térmica;
- Monitoramento contínuo das condições operacionais e sistemas de suporte para garantir temperaturas ideais de operação.

Monitoramento

- Acompanhamento contínuo de indicadores climáticos e métricas operacionais;
- Revisão recorrente dos planos de crise e de continuidade de negócios;
- Revisão contínua das contingências conforme cenários climáticos.

Esse conjunto de medidas reduz significativamente a probabilidade de interrupções e assegura capacidade de resposta a eventos extremos.

A combinação de redundância técnica, infraestrutura robusta e planos de contingência testados permite à Companhia reduzir o risco de interrupção das operações, mitigando os impactos financeiros associados e os impactos na prestação dos serviços aos clientes B3.

Efeitos financeiros do risco [IFRS S2 15.a; 15.b; 16.a]

Efeitos financeiros atuais

A Companhia não identificou impactos financeiros materiais associados à materialização do risco avaliado, tampouco efeitos relevantes sobre o fluxo de caixa, a posição financeira e o desempenho financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos financeiros futuros

A avaliação dos efeitos financeiros futuros foi conduzida com base em dados históricos, condições atuais e projeções climáticas futuras derivadas dos cenários *Fragmented World* e *Current Policies* da NGFS, selecionados por apresentarem características mais adversas. Foram utilizadas as projeções nacionais para 2026, 2030 e 2050, aplicadas na localidade de Santana de Parnaíba.

Os impactos potenciais com maior probabilidade de materialização são predominantemente relacionados a custos operacionais incrementais (OPEX), especialmente associados à energia elétrica e ao abastecimento hídrico, detalhados na tabela a seguir.

Embora os efeitos associados aos vetores não tenham atingido materialidade financeira, por representarem 0,01% do EBITDA em todos os cenários avaliados, a Companhia entende que sua divulgação permanece relevante para fins de transparência e para o adequado entendimento da exposição climática de suas operações.

Nesse contexto, tais efeitos seguem sendo monitorados, considerando seu potencial de influenciar a resiliência operacional e a tomada de decisão. A tabela a seguir apresenta as projeções de impacto financeiro considerando a soma das despesas adicionais operacionais (OPEX) calculadas para os três vetores considerados:

VETOR	DRIVER DOS CUSTOS	CURTO PRAZO (2026)	MÉDIO PRAZO (2030)	LONGO PRAZO (2050)
Chuvas e ventos intensificados	Necessidade de abastecimento de gerador via diesel	~R\$ 1,5 milhão	~R\$ 1,9 milhão	~R\$ 4,7 milhões
Secas extremas e prolongadas	Necessidade de abastecimento hídrico para sistemas de refrigeração do Data Center			
Calor extremo	Aumento de consumo de energia elétrica para manter refrigeração.			

Simulados de resiliência operacional

Adicionalmente, foi avaliado um cenário de estresse envolvendo a eventual indisponibilidade total do Data Center de Santana de Parnaíba, com base em eventos extremos observados em infraestrutura comparável, que poderia impactar negativamente as receitas nas linhas de Derivativos e Renda Variável a partir da interrupção dos serviços dependentes do Data Center, como o *co-location*.

Neste cenário, foi simulada a indisponibilidade da infraestrutura principal durante 1 dia, com acionamento do Data Center reserva localizado no Centro de São Paulo para manutenção do funcionamento do pregão nesse período. Nesse simulado, o impacto financeiro potencial é mais elevado, podendo alcançar aproximadamente R\$ 20,3 milhões no curto prazo; R\$ 23,5 milhões no médio prazo, e R\$ 47,4 milhões no longo prazo, o que corresponde a cerca de 0,3% do EBITDA em todos os horizontes analisados, refletindo principalmente os efeitos da interrupção dos serviços de *co-location*, dependentes do Data Center de Santana de Parnaíba.

No entanto, é importante ressaltar que está classificado como um evento de baixa probabilidade, sendo utilizado apenas como referência para simulado de estresse e avaliação da resiliência operacional da Companhia, não sendo tratado como uma materialização provável de ocorrência.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

Para a análise do impacto financeiro do risco foram aplicados os seguintes julgamentos:

- Considerou-se que no cenário razoável de seca, não haveria restrição ou racionamento das fontes alternativas de água;
- Disponibilidade de recursos necessários para acionar as medidas de contingência previamente mapeadas, como caminhão-pipa e abastecimento adicional via diesel;
- Não foram incorporados potenciais efeitos de inovações tecnológicas que possam influenciar a eficiência dos equipamentos de refrigeração e gestão energética das operações;
- Utilização de dados dos cenários *Fragmented World* e *Current Policies* da NGFS em nível nacional, aplicados de forma indireta para o local de Santana de Parnaíba;
- Determinação da extensão e da sensibilidade dos impactos dos ativos que suportam as operações próprias potencialmente impactadas.

Em relação às incertezas, a falta de ocorrência histórica e o registro de ocorrências menos extremas geraram incertezas na análise de probabilidade e impacto dos riscos físicos agudos e crônicos, que se ancorou na análise de cenários climáticos realizada em 2024. Essa análise apresenta uma incerteza relevante por considerar dados em nível nacional, que foram aplicados em nível local para fins deste relatório. Para complementar com uma visão local, foram utilizados dados públicos disponíveis para a região de São Paulo.



Resiliência da estratégia [IFRS S2 22.a]

A Companhia realiza investimentos contínuos na evolução de sua infraestrutura tecnológica, com foco em eficiência energética, disponibilidade dos serviços e continuidade operacional dos ativos críticos.

Complementarmente, vem aprimorando o monitoramento dos vetores climáticos priorizados, incluindo a ampliação gradual do acompanhamento de indicadores em nível local, com o objetivo de fortalecer a compreensão de potenciais alterações no perfil de risco e identificar a necessidade de novas medidas de adaptação no médio prazo. A meta corporativa de redução de 100% das emissões de Escopo 2 até 2030 também está alinhada a esse processo, ao estimular a busca contínua por ganhos de eficiência energética nas operações.

Considerando essas iniciativas e os mecanismos de gestão já incorporados às operações, a Companhia avalia que sua exposição atual aos riscos climáticos físicos identificados permanece compatível com a manutenção da resiliência operacional e da disponibilidade dos serviços nos horizontes analisados, observadas as incertezas inerentes às projeções climáticas e às premissas consideradas na análise de cenários, que são revisadas periodicamente.

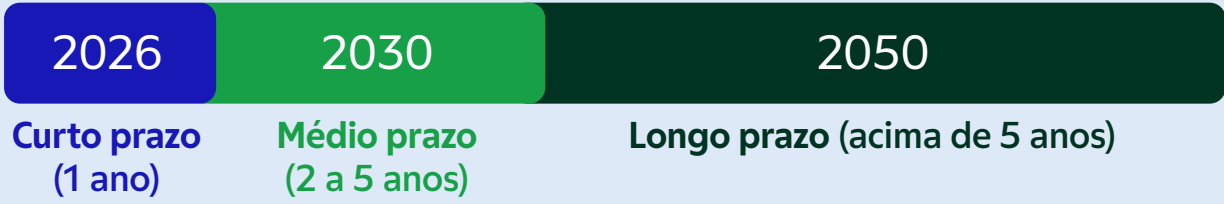
RF02

Eventos climáticos extremos sobre fornecedores críticos

Classificação: risco físico (agudo) [IFRS S2 10.b]

Vetores: chuvas extremas e enchentes

Horizonte temporal: [IFRS S2 10.c]



Ativo impactado: infraestrutura física dos provedores críticos de nuvem com localização geográfica variada [IFRS S2 13.b]

Potencial impacto: indisponibilidade dos principais provedores de hospedagem de infraestrutura em nuvem, levando à queda de receita das operações dependentes desse serviço [IFRS S2 13.a]

Rubricas potencialmente impactadas: [IFRS S2 21.b]

- Receita operacional nos segmentos de Mercados e Tecnologia & Plataformas

Descrição do risco [IFRS S2 10.a; 13.a; 13.b]

A B3, como provedora de infraestrutura para o mercado de capitais, busca continuamente fortalecer sua resiliência operacional, mantendo alto padrão de qualidade na prestação de serviços aos participantes de mercado e investidores. Nesse contexto, a utilização de fornecedores de hospedagem de infraestrutura em nuvem contribui para a ampliação da eficiência operacional, da escalabilidade e da resiliência tecnológica da Companhia.

Com uma estratégia de utilização de provedores em nuvem, a B3 vem conduzindo a migração gradual de sistemas para esse ambiente, com o objetivo de aumentar a resiliência operacional e modernizar suas plataformas tecnológicas que suportam processos relevantes nos mercados de derivativos, renda variável, renda fixa e soluções para o mercado de capitais.

Os principais fornecedores de nuvem são classificados como Prestadores de Serviços Críticos (PSCs). Trata-se de empresas de tecnologia globais, com localização geográfica diversificada para infraestruturas que suportam os serviços fornecidos para a B3.

Apesar dessa diversificação geográfica, parte relevante desses provedores de infraestrutura em nuvem está localizada na região Sudeste do Brasil, e dessa forma podem apresentar a mesma exposição a riscos físicos agudos mapeados para as operações próprias da B3. Com base em dados dos cenários *Current Policies and Fragmented World* da NGFS foi priorizado o vetor de chuvas intensificadas e enchentes, que poderiam impactar a infraestrutura física dos Data Centers e centros de operações essenciais para a manutenção das estruturas de nuvem.

Em cenários de estresse, a materialização de chuvas intensificadas ou enchentes pode afetar a continuidade da prestação de serviços pelos provedores estratégicos, com potenciais impactos sobre a disponibilidade de funcionalidades da B3 de cadastro e consulta de informações, registro de operações e distribuição de ativos de

balcão, bem como impactos aos processos relacionados ao registro e à liquidação de operações de câmbio.

Gestão de risco e mitigação [IFRS S2 14.a(ii); 14.a(iii)]

A Companhia adota um conjunto estruturado de medidas para mitigar a exposição dos impactos provenientes de eventos climáticos extremos sobre fornecedores críticos, com foco na continuidade operacional e na resiliência da cadeia de valor.

Dentre elas, destacam-se:

- Estabelecimento de cláusulas contratuais específicas de nível de serviço (SLAs – *Service Level Agreements*) com seus principais provedores, assegurando níveis adequados de disponibilidade, desempenho e suporte às operações críticas. Esses acordos são complementados por requisitos de resiliência e continuidade que garantem o atendimento das necessidades de negócio, mesmo em cenários adversos.
- Disposição de planos de continuidade operacional, que contemplam procedimentos alternativos para manutenção das atividades em caso de indisponibilidade dos fornecedores ou demais fatores. Esses planos incluem, quando aplicável, a possibilidade de execução manual de determinadas funções, o redirecionamento de fluxos operacionais e a priorização de serviços essenciais, assegurando a continuidade dos processos de maior relevância. Destaca-se que a disciplina na Gestão de Continuidade de Negócios da B3 é certificada pela ISO 22.301.
- Avaliação e processo de seleção e monitoramento de fornecedores aderentes a padrões internacionais de resiliência, segurança da informação e governança, garantindo que seus fornecedores críticos possuam controles robustos para mitigar riscos operacionais, incluindo aqueles decorrentes de eventos climáticos extremos.

- Avaliações periódicas de provedores críticos em relação à adequação de diretrizes reconhecidas internacionalmente, como aquelas estabelecidas para infraestruturas de mercado financeiro, assegurando que os fornecedores mantenham níveis adequados de controle, continuidade e capacidade de resposta a eventos adversos.

Adicionalmente, a arquitetura tecnológica dos provedores prevê redundância e distribuição geográfica dos serviços, com estruturas em múltiplas zonas de disponibilidade e regiões distintas, o que permite a continuidade das operações mesmo diante de falhas localizadas ou indisponibilidade de determinada infraestrutura. Essa configuração reduz a dependência de um único ponto de falha e mitiga riscos associados a eventos climáticos extremos que possam afetar regiões específicas.

A combinação dessas medidas reduz significativamente a probabilidade e o impacto de interrupções decorrentes de eventos climáticos extremos na cadeia de fornecedores, assegurando a resiliência das operações da Companhia mesmo em cenários de estresse.

Efeitos financeiros do risco [IFRS S2 15.a; 15.b; 16.a; 19.a; 19.b; 21.a; 21.b]

Efeitos financeiros atuais

A Companhia não identificou impactos financeiros materiais associados à materialização do risco avaliado, tampouco efeitos relevantes sobre o fluxo de caixa, a posição financeira e o desempenho financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos financeiros futuros

No estágio atual, a Companhia não identificou impactos financeiros materiais no curto, médio e longo prazo associados à exposição a eventos climáticos extremos dos seus provedores de hospedagem em nuvem por conta da baixa probabilidade de ocorrência, mas reconhece a relevância do risco para a Companhia, em caso de materialização.

Por esse motivo, foram realizados testes de estresse simulando a indisponibilidade de diferentes provedores, que apresentaram incertezas relevantes que impediram a concretização da análise quantitativa de potencial impacto financeiro.

De forma qualitativa foi possível avaliar que, no curto prazo, a indisponibilidade de provedores críticos pode levar à perda de receita nos segmentos de Mercados e Tecnologia & Plataformas da Demonstração Financeira, atrelada a possíveis impactos nas rotinas operacionais dos clientes e das dinâmicas do ecossistema financeiro, bem como danos à imagem da B3.

No médio e longo prazo, caso a interrupção persista ou ocorra de forma mais recorrente, além da continuidade dessas medidas de contingência, pode ocorrer a necessidade de desembolsos financeiros adicionais e/ou alocação de recursos para potencial substituição de provedores ou reconstrução da infraestrutura nas dependências da B3, refletindo potenciais impactos financeiros e operacionais relevantes para manter a resiliência da estratégia e garantir a continuidade de negócios.



Resiliência da estratégia [IFRS S2 22.a]

A Companhia realiza investimentos contínuos no monitoramento dos impactos climáticos sobre fornecedores críticos e desenvolve iniciativas de engajamento em sustentabilidade e clima. Considerando essas iniciativas e os mecanismos de gestão já incorporados às operações, avalia que sua exposição aos riscos climáticos físicos na cadeia de valor permanece compatível com a manutenção da resiliência operacional e da disponibilidade dos serviços nos horizontes analisados, observadas as incertezas inerentes às projeções climáticas e às premissas da análise de cenários, revisadas periodicamente.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

A avaliação da probabilidade e dos efeitos financeiros associados ao risco de eventos climáticos extremos sobre fornecedores críticos envolve julgamentos relevantes e está sujeita a limitações importantes que impedem a projeção do impacto financeiro, incluindo:

- A diversa abrangência geográfica dos fornecedores e suas operações gera alta complexidade de aplicação local das análises de cenários e dados climáticos disponíveis;
- A limitada visibilidade sobre as contingências implementadas por cada fornecedor em suas operações gera complexidade na análise de probabilidade e priorização dos potenciais impactos financeiros;
- Determinação da extensão e da sensibilidade dos impactos dos eventos exógenos à prestação dos serviços dos fornecedores;
- A falta de ocorrência histórica do risco gera incertezas em relação ao levantamento dos custos de acionamento das contingências e previsibilidade da extensão da indisponibilidade.

Diante dessas limitações, eventuais estimativas quantitativas de impacto financeiro apresentariam elevado grau de incerteza e sensibilidade a premissas, não sendo, portanto, consideradas apropriadas, neste momento, para fins de divulgação.

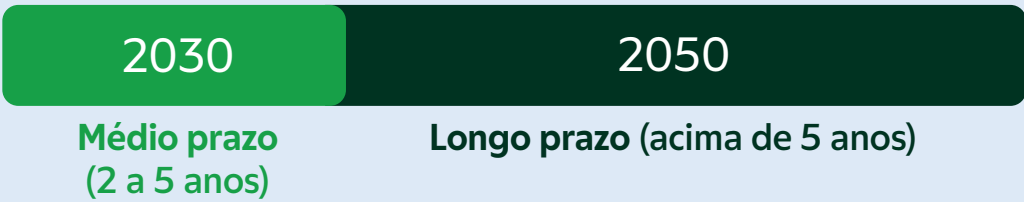
RT01

Impacto na B3 decorrente da transição para economia de baixo carbono

Classificação: risco de transição [IFRS S2 10.b]

Vetores mais relevantes:
político/regulatório e reputacional

Horizonte temporal: [IFRS S2 10.c]



Potencial impacto: indireto, com variação de receita a partir de mudanças na dinâmica de negociação de valores mobiliários emitidos por empresas conectadas a setores diretamente impactados por legislações e regulação de transição

Rubricas potencialmente impactadas: [IFRS S2 21.b]

- Receita operacional no segmento de Mercados

Descrição do Risco

[IFRS S2 10.a; 13.a; 13.b; 29.b; 29.d]

A Companhia está exposta a riscos de transição associados à mudança para uma economia de baixo carbono, decorrentes principalmente de alterações regulatórias, de mercado e de comportamento de investidores e emissores.

Considerando a natureza de suas operações como infraestrutura de mercado financeiro e sua baixa intensidade de emissões diretas, a exposição ocorre predominantemente de forma indireta, por meio dos emissores listados e participantes de mercado.

Nesse contexto, o principal vetor de exposição está relacionado ao aumento de custos e exigências regulatórias para empresas carbono-intensivas — como precificação de carbono, obrigações de reporte e restrições operacionais — que podem resultar em reprecificação de ativos, redução de liquidez e alterações na atratividade relativa desses ativos no mercado, com impactos financeiros indiretos para a B3.

Adicionalmente, mudanças no comportamento dos investidores podem reforçar esse movimento, por meio da realocação de capital em favor de ativos e produtos menos intensivos em carbono, reduzindo a atratividade de determinados instrumentos e influenciando a dinâmica de produtos e serviços oferecidos pela Companhia.

A probabilidade e o impacto foram avaliados utilizando fontes públicas, incluindo a *Materiality-Weighted Portfolio Carbon Footprint* da MSCI e os quatro cenários da NGFS: *Net Zero 2050*, *Delayed Transition*, *Current Policies* e *Fragmented World*, seguindo as categorias e diretrizes do TCFD, conforme a tabela abaixo:

VETOR	DESCRIÇÃO	IMPACTO E PROBABILIDADE
Político e regulatório	Aumento do preço de carbono e exigências regulatórias e de reporte podem gerar impactos indiretos para a B3	- Impacto baixo e indireto - Probabilidade possível diante da implementação em curso do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)
Tecnologia	Necessidade de investimento em novas tecnologias e/ou fontes de energia para reduzir emissões de operações próprias ou da cadeia de valor	- Impacto baixo e direto - Probabilidade remota diante da característica pouco emissora da B3
Mercado	Mudança comportamental dos investidores e redução de atratividade de ativos de setores carbono-intensivos	- Impacto baixo e indireto - Probabilidade remota diante da falta de evidência dessa mudança de preferência
Reputação	Perda de valor de marca por percepção negativa sobre ativos ESG negociados na B3	- Impacto moderado diante da importância da credibilidade da marca para relevância desses ativos - Probabilidade remota por ações mitigatórias robustas

No vetor político e regulatório, destaca-se o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), cuja implementação, até o momento de divulgação deste relatório, está estruturada de forma gradual. A fase inicial contempla setores como papel e celulose, ferro e aço, cimento, alumínio primário, petróleo e gás (exploração e refino) e transporte aéreo, com posterior expansão para mineração, setor elétrico, química, alimentos e bebidas e diferentes modais de transporte. Esses setores representam 33% dos emissores da B3 e, portanto, têm relevância no mercado de capitais brasileiro com alta participação nos volumes negociados, configurando um canal potencial de transmissão do risco de transição para a Companhia.

Nesse cenário, a exposição da B3 ao risco de transição está concentrada na sensibilidade de sua atividade à dinâmica de mercado, podendo se materializar principalmente no médio e longo prazo.

Gestão de Risco e Mitigação

[IFRS S2 14.a(ii); 14.a(iii)]

A gestão do risco de transição combina análise de exposição, medidas estruturais de mitigação e adaptação e monitoramento contínuo do tema, principalmente no contexto regulatório do país, conforme descrito a seguir:

Baixa exposição operacional e mitigação direta

- Operações com baixa intensidade de emissões;
- Utilização de energia de menor intensidade de carbono, incluindo atuação no mercado livre de energia e priorização de fontes renováveis;
- Meta de redução de emissões e compensação das emissões diretas por meio de compra de créditos de carbono.

Manutenção da credibilidade dos produtos e serviços relacionados à transição

- Registro de crédito de carbono na B3 tem como critério a reputação e abrangência da certificação;
- Revisão periódica da metodologia dos índices que reconhecem práticas de transição, como [ICO2 B3](#) e [ISE B3](#), e componente de análise reputacional e de mídia dos ativos nas carteiras;
- Capacitações e treinamentos com o objetivo de apoiar a transição e adaptação dos emissores impactados (ex: [capacitação sobre reporte IFRS S1 e S2](#)).

Monitoramento regulatório

- Acompanhamento contínuo da evolução de políticas climáticas e regulatórias, incluindo o SBCE e requisitos de *disclosure*;
- Parcerias com entidades reconhecidas que atuam na agenda regulatória, a exemplo da [International Emissions Trading Association \(IETA\)](#), bem como a presença em fóruns nacionais e internacionais de debate sobre o tema.

Análise periódica de exposição e acompanhamento de dinâmica de mercado

- Identificação e análises de sensibilidade financeira dos setores mais expostos à transição;
- Acompanhamento de preferências de investidores e tendências de mercado relacionadas à transição.



Efeitos financeiros do risco

[IFRS S2 15.a; 15.b; 16.a; 19.a; 19.b; 21.a; 21.b]

Efeitos financeiros atuais

A Companhia não identificou impactos financeiros materiais associados à materialização do risco avaliado, tampouco efeitos relevantes sobre o fluxo de caixa, a posição financeira e o desempenho financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Efeitos financeiros futuros

No estágio atual, a Companhia não identificou impactos financeiros materiais associados aos riscos de transição no curto prazo, mas reconhece o potencial de materialização no médio e longo prazo, à medida que legislações e mecanismos econômicos relacionados à transição para uma economia de baixo carbono avancem no país.

Por esse motivo, foram realizadas análises para avaliar os potenciais impactos financeiros decorrentes desse risco, que apresentaram incertezas relevantes relacionadas à evolução do ambiente regulatório, à resposta dos participantes de mercado e ao ritmo de adaptação dos setores econômicos, impedindo a concretização de uma análise quantitativa confiável dos impactos financeiros futuros.

De forma qualitativa, foi possível avaliar que os impactos financeiros se concentram de forma indireta e no médio e longo prazo, com potencial impacto no segmento de Mercados, a partir de redução de receita decorrente de mudanças na dinâmica de negociação de valores mobiliários emitidos por empresas de setores intensivos em carbono. Os efeitos regulatórios e de mercado podem gerar impactos diretos para essas empresas, levando a efeitos indiretos no preço, na liquidez e nos volumes de negociação desses ativos, com possível reflexo nas receitas associadas à negociação.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

A avaliação dos efeitos financeiros associados aos riscos de transição envolve julgamentos relevantes e está sujeita a limitações importantes que impedem a projeção do impacto financeiro, incluindo:

- Implementação faseada e ainda incipiente do mercado regulado de carbono no Brasil;
- Limitada visibilidade sobre o ritmo de adaptação das empresas e do mercado no geral à transição;
- Indisponibilidade de dados históricos sobre o impacto da transição nas empresas listadas e na dinâmica de negociação.

Diante dessas limitações, eventuais estimativas quantitativas de impacto financeiro apresentariam elevado grau de incerteza e sensibilidade a premissas, não sendo, portanto, consideradas apropriadas neste momento para fins de divulgação.



Investimentos futuros: plano de transição

[IFRS S2 14.a (iv)]

Como parte dos investimentos na gestão desse risco, a Companhia está desenvolvendo em 2026 seu Plano de Transição Climática, com o objetivo de consolidar diretrizes, metas e iniciativas relacionadas à adaptação dos seus negócios e práticas de gestão ao contexto de transição para uma economia de baixo carbono. O plano em desenvolvimento está avaliando oportunidades para suas operações, cadeia de fornecedores e papel da B3 como infraestrutura de mercado para seus clientes e participantes do mercado.

Considerando o estágio atual de desenvolvimento do plano e as medidas de gestão climática já implementadas pela Companhia, como a migração para Mercado Livre de Energia e [a meta de redução de Escopo 2](#), não foram identificadas alterações materiais na estratégia corporativa ou no planejamento de capital decorrentes do risco de transição, observadas as incertezas inerentes às projeções climáticas e às premissas consideradas na análise de cenários, que são revisadas periodicamente.

OPORTUNIDADES

A análise de oportunidades de sustentabilidade e clima da Companhia considerou os temas materiais e as tendências regulatórias e de mercado, seguindo um processo estruturado integrado à governança corporativa e ao planejamento estratégico.

OP01

Aumento de receita proveniente de produtos e serviços ESG

Classificação: oportunidade de sustentabilidade e clima relacionada à transição [\[IFRS S2 10.b\]](#)

Fontes da oportunidade: evoluções regulatórias no Brasil na temática de sustentabilidade e aumento de demanda por financiamento de projetos sustentáveis para adaptação e transição

Horizonte temporal: [\[IFRS S1 30.b\]](#)



Rubricas potencialmente impactadas: [\[IFRS S1 21.b\(ii\); 40.b\]](#)

- Receita operacional no segmento de Mercados e Tecnologia & Plataformas

Descrição da oportunidade

[\[IFRS S1 30.a; 32.a; 32.b; IFRS S2 10.a; 13.a; 13.b\]](#)

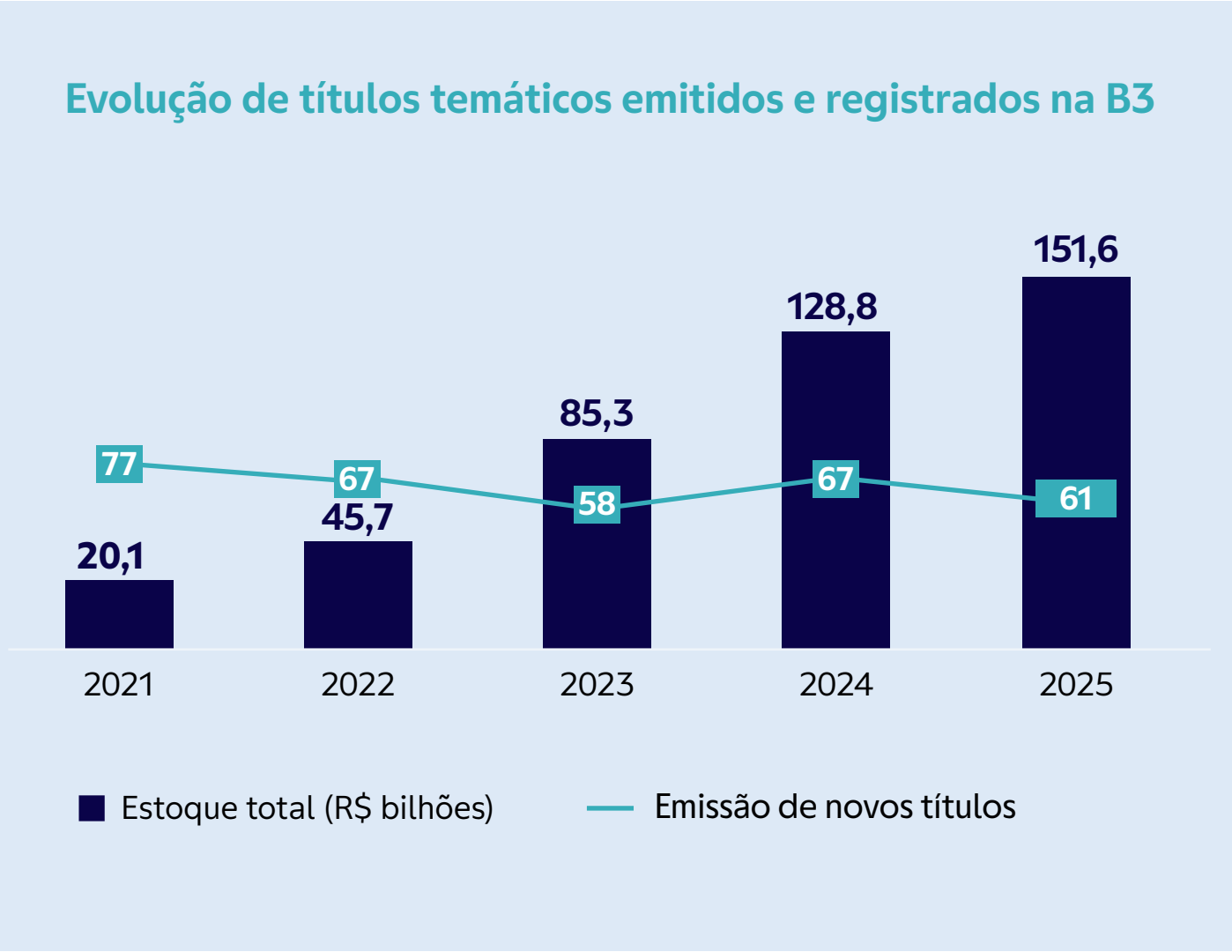
A expansão de finanças sustentáveis e o avanço da agenda regulatória no Brasil configuram uma oportunidade de incremento de receita para a B3, principalmente por meio do crescimento do mercado de instrumentos financeiros sustentáveis de renda fixa, com destaque para títulos temáticos rotulados como ESG.

Essa oportunidade é impulsionada principalmente pela evolução da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), um sistema padronizado lançado pelo governo federal para classificar atividades econômicas, ativos e projetos que podem ser considerados “verdes” e que contribuem significativamente para objetivos ESG e para a transição para uma economia de baixo carbono.

Com base em experiências internacionais, com destaque para os mercados da Colômbia e União Europeia, que implementaram taxonomias sustentáveis nos últimos 10 anos, é possível observar que ampliar a padronização do que é considerado sustentável a partir de taxonomias pode fortalecer a confiança no mercado no médio e longo prazo, levando ao aumento de emissões dos títulos classificados como sustentáveis.

Dados da *Climate Bonds Initiative* demonstram que nesses mercados houve, no curto prazo após a implementação, um período de adaptação do mercado, mas que, a partir do médio prazo, os efeitos positivos começam a ser observados em quantidade de títulos emitidos e rotulados como sustentáveis alinhados à taxonomia.

Além da taxonomia, o aumento da demanda por instrumentos financeiros que permitem a implementação de projetos para a transição e adaptação climática pode contribuir para a concretização dessa oportunidade. Segundo dado do fechamento de 31 de dezembro de 2025, foram emitidos 61 novos títulos, e o estoque de títulos temáticos ESG registrados na B3 alcançou seu maior marco desde 2021, totalizando R\$ 151,6 bilhões. Nesse contexto, a B3, como infraestrutura de mercado, encontra-se posicionada para capturar o potencial aumento de volumes associados à emissão, registro, negociação e custódia desses instrumentos.



Dados referentes ao fechamento de 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a evolução regulatória relacionada ao mercado regulado de carbono no Brasil pode representar uma oportunidade de longo prazo, ainda sujeita a incertezas quanto ao desenho final, à dinâmica concorrencial e ao ritmo de implementação. Essa oportunidade tende a se materializar de forma gradual ao longo do tempo, considerando o [cronograma recentemente divulgado para o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões \(SBCE\)](#), que prevê implementação faseada por setores e início das negociações a partir de 2031, reforçando o caráter prospectivo e a baixa materialidade no curto e médio prazo.

Atuação na oportunidade

[IFRS S1 33.a; IFRS S2 14.a(ii); 14.a(iii)]

A atuação da B3 frente a essa oportunidade é orientada por sua estratégia de sustentabilidade, que considera tanto sua atuação como empresa listada quanto seu papel como infraestrutura de mercado, com o objetivo de mobilizar a agenda de finanças sustentáveis por meio de produtos, serviços, capacitação e informação para o mercado.

No escopo dessa estratégia, a Companhia investe em finanças sustentáveis por meio de produtos e serviços em renda variável, incluindo índices ESG; em renda fixa, com títulos temáticos; em plataformas de dados, a exemplo do ESG Workspace; e em produtos de descarbonização, como créditos de carbono e créditos de descarbonização (CBIOS). Saiba mais no capítulo de Produtos e Serviços ESG no [Relatório Anual de 2025](#).

No contexto da oportunidade considerada material em produtos de renda fixa, vale destacar os esforços de manutenção e evolução das plataformas de registro, depósito e negociação de títulos temáticos, buscando garantir uma melhor experiência do cliente no processo e vinculado à estratégia de desenvolvimento tecnológico das plataformas de balcão da Companhia. Para fins de

transparência dos títulos temáticos de emissão pública registrados na B3, a Companhia possui um [módulo no ESG Workspace](#), que reúne informações como volume, tipo de títulos, coordenadores, emissores, certificadoras contratadas, dentre outras.

De forma complementar, a B3 busca manter proximidade nos debates e agendas regulatórias referentes à Taxonomia Sustentável Brasileira e ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), por atuação direta e por meio de parcerias. Em 2025, por exemplo, a Companhia esteve presente na COP30, em Belém, em agendas relativas à evolução do mercado regulado de carbono e em debates sobre o papel das finanças sustentáveis nas agendas de transição e adaptação climática, bem como promoveu eventos na Arena B3 em parceria com a IETA e o Banco Mundial para debater próximos passos para a implementação do mercado regulado no país. Além disso, a Companhia foi selecionada no [Laboratório de Experimentação, Aprendizado e Prototipagem \(LEAP\)](#), iniciativa da CVM voltada ao fomento de projetos de inovação tecnológica no mercado de capitais. A solução proposta foi proporcionar uma infraestrutura de mercado regulada para prestar serviços como registro e negociação para os ativos do SBCE, para fins de transparência, rastreabilidade e escala desse mercado.

Especificamente na agenda de descarbonização, desde 2020, a Companhia oferece a infraestrutura de registro e negociação para o mercado de créditos de descarbonização (CBIOS) conforme estabelecido pelo RenovaBio. Desde 2023, a B3 oferece infraestrutura de registro para créditos de carbono do mercado voluntário, desde que certificados pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima UNFCCC (CDM), Verra e Gold Standard.

Efeitos financeiros da oportunidade

[IFRS S1 34.a; 34.b; 35.a; 38.a; 38.b; 40.a; 40.b; IFRS S2 15.a; 15.b; 16.a;]

Efeitos financeiros atuais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita proveniente de títulos temáticos rotulados como ESG foi de R\$ 33,5 milhões, representando crescimento de 5% em relação a 2024.

Efeitos financeiros futuros

A quantificação dos efeitos financeiros futuros está fundamentada principalmente na projeção do crescimento da receita associada a títulos temáticos, utilizando como base a aplicação de taxas de crescimento observadas no mercado global às receitas atuais da B3 provenientes desses produtos.

Para quantificar o potencial efeito regulatório nessa oportunidade, foram utilizados dados disponibilizados no [relatório de Labeled Sustainable Bonds do Banco Mundial](#), de fevereiro de 2025, complementados por dados da *Climate Bonds Initiative*.

A taxa de crescimento de 2022 a 2025 foi utilizada como cenário base, refletindo a estabilização observada no mercado. O cenário otimista considerou o período de 2020 a 2025, incluindo o crescimento excepcional observado entre 2020 e 2021, potencialmente influenciado pela pandemia da COVID-19.

A oportunidade foi estimada pela diferença entre as taxas dos dois cenários, aplicada às receitas atuais da B3 provenientes de debêntures, Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Cotas de Fundos Fechados (CFF) rotulados como ESG.

No curto prazo, não foram observados efeitos relevantes, considerando o período de adaptação do mercado à Taxonomia Sustentável Brasileira, em linha com o observado em outras jurisdições. No médio e longo prazo, a taxa da oportunidade foi aplicada refletindo efeitos

estruturais associados à evolução regulatória e ao aumento da demanda por financiamento da transição climática.

Embora os efeitos financeiros projetados permaneçam abaixo dos limiares quantitativos de materialidade financeira adotados pela Companhia, a divulgação foi mantida em razão da relevância estratégica da oportunidade.

VETOR	PRODUTOS	CURTO PRAZO (2026)	MÉDIO PRAZO (2028)	LONGO PRAZO (2030)
Títulos temáticos ESG	Debêntures		R\$ 5,7 milhões	R\$ 12,9 milhões
	CRI	-	0,07% do EBITDA	0,15% do EBITDA
	CRA			
	CFF			

No caso do mercado regulado de carbono, o potencial impacto financeiro se concentra no longo prazo, a partir de 2031, mas as incertezas em relação ao desenho regulatório final do SBCE, ao cronograma de implementação faseada, ao modelo de monetização e à participação efetiva da Companhia limitam, neste momento, a estimativa razoável e confiável dos potenciais efeitos financeiros.

Apesar de reconhecer que os efeitos da oportunidade se estendem além do longo prazo considerado para fins dessa análise, foi utilizado o prazo do planejamento estratégico da Companhia.



Investimentos futuros [IFRS S1 35.c(i); IFRS S2 16.c(i)]

A captura dessa oportunidade é suportada por investimentos contínuos na evolução das plataformas tecnológicas e da infraestrutura de mercado financeiro oferecidas pela Companhia. Entre as iniciativas em andamento, destacam-se a manutenção e evolução da plataforma de registro de créditos de carbono desenvolvida pela B3 e conectada sistemicamente à plataforma de negociação da ACX por meio da [parceria firmada em 2023](#) e o desenvolvimento da [plataforma de registro de projetos geradores de créditos de carbono](#), construída em conjunto com Reservas Votorantim e Eccon Soluções Ambientais no piloto com a metodologia PSA Carbonflor. A Companhia também mantém orçamento dedicado ao desenvolvimento de produtos de balcão ESG e soluções relacionadas ao mercado de carbono, em linha com seu planejamento estratégico para captura dessa oportunidade. Essas iniciativas refletem investimentos atuais voltados ao desenvolvimento de capacidades, inovação e novas soluções de mercado associadas à transição para uma economia de baixo carbono. Considerando o estágio atual de desenvolvimento dessas iniciativas e as incertezas relacionadas ao desenho regulatório e à participação efetiva da Companhia nesse mercado, não foram identificadas alterações materiais no planejamento de capital decorrentes dessa oportunidade.

Incertezas e Julgamentos [IFRS S1 74; 75]

As principais incertezas na mensuração da oportunidade são a velocidade de implementação e adaptação do mercado brasileiro às mudanças regulatórias identificadas como relevantes.

Na análise da oportunidade e mensuração dos impactos financeiros, foram aplicados os seguintes julgamentos:

- Correlação entre a evolução da implementação de regulação com o aumento de emissões de títulos rotulados como ESG;
- Aplicação de tendência global de crescimento de emissões de títulos no mercado brasileiro, utilizando dados secundários do Banco Mundial e da *Climate Bonds Initiative*;
- Papel relevante de bolsas de valores no Mercado Regulado de Carbono, como visto em pares internacionais.

OP02

Ampliação do acesso de investidores pessoa física ao mercado de investimentos

Classificação: oportunidade de sustentabilidade

Fontes da oportunidade: tendência de crescimento de investidores de varejo e investimentos da B3 em educação e letramento financeiro, novos produtos de entrada e canais digitais para o investidor

Horizonte temporal: [IFRS S1 30.b]



Produtos da oportunidade: renda fixa (tesouro direto, debêntures e instrumentos de captação bancária; renda variável (mercado de ações) [IFRS S1 32.b]

Rubricas potencialmente impactadas: [IFRS S1 21.b(ii); 40.b]

- Receita operacional no segmento de Mercados e Soluções para Mercados de Capitais

Descrição da oportunidade [IFRS S1 30.a; 32.a; 32.b]

A ampliação do acesso de investidores pessoa física ao mercado de capitais representa uma oportunidade associada ao crescimento da base de participantes e à maior utilização da infraestrutura de mercado. Entre 2017 e 2025, o número de investidores pessoa física em renda variável passou de cerca de 0,6 milhão para aproximadamente 5,5 milhões, indicando expansão do acesso e potencial de crescimento adicional. De forma complementar, na renda fixa, o número de investidores pessoa física evoluiu de cerca de 9 milhões em 2021 para mais de 100 milhões em 2025, considerando a inclusão de contas remuneradas e aplicações automáticas divulgadas no relatório de PF da B3, e motivada pelo maior interesse por produtos como Tesouro Direto, Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Debêntures entre esse tipo de cliente.

Essa oportunidade está relacionada à redução de barreiras informacionais, ao acesso a canais digitais e à disponibilidade de produtos financeiros. Evidências¹ indicam que o acesso à informação e à educação financeira influencia a decisão de investir, enquanto limitações de conhecimento e percepção de risco restringem a entrada de novos participantes. Há um contingente relevante da população que ainda não investe, embora parte desse grupo demonstre intenção de ingressar no mercado, condicionada à maior compreensão sobre produtos e funcionamento do sistema financeiro.

Nesse contexto, o aumento da participação de investidores pessoa física contribui para o crescimento da atividade transacional. Em renda variável, esse efeito está associado a receitas de negociação, pós-negociação e serviços de depositária de renda variável. Em renda fixa, a oportunidade considera a expansão de produtos como Tesouro Direto, debêntures e instrumentos de captação bancária, com crescimento da base de investidores e do registro e do estoque de ativos.

Sob a ótica de sustentabilidade, essa oportunidade está associada à ampliação da inclusão financeira e ao acesso a instrumentos formais de poupança e investimento. A participação no mercado financeiro está relacionada à formação de reservas, ao planejamento financeiro e à gestão de riscos, contribuindo para a redução de vulnerabilidades econômicas. A ampliação da base de investidores pessoa física também permite a participação de diferentes segmentos da população no sistema financeiro, apoiando a evolução do acesso ao mercado e ampliando o alcance de instrumentos de acumulação de patrimônio.

Adicionalmente, o desenvolvimento de capacidades financeiras está associado à maior diversificação de investimentos e à adoção de decisões alinhadas a horizontes de longo prazo, o que tende a influenciar a estabilidade do comportamento dos investidores ao longo do tempo e a continuidade do uso da infraestrutura de mercado.

Atuação na oportunidade [IFRS S1 33a; 33b; 33c]

A atuação da Companhia para captura da oportunidade de ampliação da base de investidores pessoa física está estruturada em três frentes: ampliação do portfólio de produtos para investidores que estejam iniciando a sua jornada no mercado de investimentos, ações voltadas para educação financeira da sociedade e redução de barreiras informacionais por meio de canais digitais de comunicação didáticos e acessíveis.

1. Fontes: ANBIMA-Raio X do Investidor Brasileiro, 2026; BANCO CENTRAL DO BRASIL-Relatório de Letramento Financeiro, 2023.

Investimento em produtos de entrada

A Companhia amplia a oferta de produtos voltados ao investidor pessoa física, estruturados para atender a diferentes objetivos e facilitar o acesso ao mercado.

Nesse contexto, destacam-se iniciativas recentes no âmbito do Tesouro Direto, emitido e administrado pela Secretaria do Tesouro Nacional e operacionalizado pela B3, que ampliam a acessibilidade e funcionalidade dos investimentos. Produtos como o Tesouro Educa+ e o Tesouro Renda+, voltados a objetivos específicos de longo prazo, como planejamento educacional e geração de renda futura no contexto da aposentadoria, oferecem previsibilidade de fluxos financeiros, facilitando o alinhamento do investimento às metas de vida.

Além disso, soluções que aumentam a utilidade e a atratividade dos investimentos contribuem para a entrada de novos participantes no mercado. O TD Garantia, por exemplo, possibilita o uso de títulos públicos como garantia em operações financeiras, como aluguel e crédito, permitindo que o investidor mantenha a rentabilidade do investimento enquanto utiliza o ativo em seu cotidiano financeiro.

Outra iniciativa relevante é o *Gift Card* B3, que permite a aquisição de títulos do Tesouro Direto por meio de um cartão pré-pago, viabilizando o ingresso de novos investidores a partir de valores pré-definidos e simplificando o processo inicial de investimento, inclusive como forma de presente.

Destaca-se, ainda, o lançamento do Tesouro Reserva em 2026, desenvolvido em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco do Brasil, que permite aplicações e resgates 24 horas por dia,

7 dias por semana, com valor mínimo reduzido e maior previsibilidade, contribuindo para simplificar o acesso e atrair novos investidores.

Parcerias institucionais também ampliam o alcance desses produtos, como a integração do Tesouro Direto ao programa Pé-de-Meia, que promove o primeiro contato com investimentos ainda na fase educacional, criando uma primeira experiência prática com produtos financeiros e contribuindo para a formação de novos investidores.

Além do Tesouro Direto, a B3 assegura a resiliência de suas plataformas e infraestrutura tecnológica para negociação de produtos tradicionais de renda fixa e variável, como títulos de captação bancária e ações, sustentando a segurança desses ativos e apoiando a diversificação de portfólio dos investidores pessoa física.

Educação financeira

A estratégia é centrada no fortalecimento de iniciativas de educação financeira, entendida como vetor essencial para a inclusão e o desenvolvimento sustentável do mercado de capitais. Ações que buscam reduzir assimetrias de informação, ampliar a compreensão sobre risco e retorno e fortalecer a confiança viabilizam o ingresso e a permanência de novos investidores.

Esse movimento é suportado por iniciativas e plataformas educacionais com ampla escala e alcance em nível nacional, como cursos, conteúdos e programas que conectam educação à prática do investimento. Destacam-se iniciativas em parceria com universidades, reguladores, clientes e parceiros do mercado, que ampliam o acesso ao conhecimento financeiro em diferentes faixas etárias e perfis socioeconômicos, além de programas voltados à inclusão e à formação de novos investidores desde a base educacional.

A Olimpíada do Tesouro Direto de Educação Financeira (OLITEF) é um exemplo de iniciativa realizada que busca ampliar o acesso à educação financeira entre estudantes brasileiros e formar novos

investidores. A edição de 2025 alcançou mais de 1,7 milhão de alunos, majoritariamente de escolas públicas.

A atuação também contempla a capacitação contínua de profissionais e participantes do mercado de capitais, por meio da disseminação de conhecimento técnico e especializado, contribuindo para a atualização profissional, o uso eficiente da infraestrutura de mercado e o fortalecimento dos padrões de qualificação do setor. Dessa forma, a Companhia contribui não apenas para a formação de investidores, mas também para o desenvolvimento das competências necessárias ao funcionamento seguro, transparente e eficiente do mercado de capitais.

Essas iniciativas já impactam milhões de pessoas e contribuem diretamente para ampliar o interesse, o conhecimento e a confiança necessários para que mais indivíduos iniciem sua jornada no mercado de capitais, além de apoiar a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam nesse ecossistema.

O monitoramento contínuo de indicadores, como evolução da base de investidores, volumes negociados, diversificação de portfólio, recorrência de aportes e outros, permite aprimorar a experiência do usuário, segmentar os perfis de forma estratégica e ajustar a comunicação ao longo da jornada.

Efeitos financeiros da oportunidade

[IFRS S1 34.a; 34.b; 35.a; 38.a; 38.b; 40.a; 40.b]

Efeitos financeiros atuais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a ampliação da participação de investidores pessoa física resultou em crescimento da receita no mercado de ações e de renda fixa, decorrente de receitas associadas à negociação, pós-negociação e serviços de infraestrutura. Os valores não são divulgados por serem avaliados como comercialmente sensíveis, conforme permitido pela isenção da IFRS S1 (itens B34–B35).

Efeitos financeiros futuros

A Companhia optou por não divulgar estimativas quantitativas dos potenciais efeitos financeiros futuros associados a essa oportunidade em razão do elevado grau de incerteza na mensuração desses impactos e por envolver informações comercialmente sensíveis. As estimativas dependeriam de premissas relacionadas a fatores comportamentais e macroeconômicos sujeitos a alta variabilidade, além de eventos futuros incertos com efeitos de difícil isolamento.

Sob uma perspectiva qualitativa, identifica-se que os potenciais impactos podem se materializar em todos os horizontes temporais, principalmente por meio do aumento da receita operacional no segmento de Mercados e Soluções para Mercados de Capitais. Com base na ampliação da participação de pessoas físicas no mercado de capitais, estima-se crescimento da demanda por produtos de renda fixa, como Tesouro Direto, debêntures e instrumentos de captação bancária, em todos os horizontes temporais. Também se espera aumento da demanda por produtos de renda variável, com efeitos mais relevantes no médio e longo prazo, em função de sua maior sensibilidade às condições macroeconômicas, especialmente às taxas de juros.

Incertezas e julgamentos [IFRS S1 74; 75]

A avaliação dos efeitos financeiros associados à ampliação da base de investidores pessoa física realizada de forma qualitativa considera premissas específicas sobre conversão, comportamento e uso de produtos. Os principais julgamentos incluem:

- Conversão de não investidores em investidores ativos, considerando o efeito de iniciativas de educação financeira e o acesso digital sobre a entrada no mercado, especialmente por meio de produtos de renda fixa;
- Progressão da jornada do investidor, incluindo migração parcial de produtos de entrada em renda fixa para instrumentos do mercado de ações e vice-versa, com aumento da diversificação;
- Crescimento da base de CPFs ativos, considerando a evolução histórica de investidores e o potencial de ativação de parte da população que ainda não investe.

Em relação às projeções, os efeitos da taxa básica de juros apresentam variáveis importantes no longo prazo e podem afetar a alocação da oportunidade entre renda fixa e renda variável, trazendo incertezas na mensuração.



Investimentos futuros [IFRS S1 35.c(i)]

A captura dessa oportunidade é apoiada por investimentos em produtos, tecnologia e educação financeira voltados à ampliação da participação de investidores pessoa física no mercado de capitais. Destaca-se o desenvolvimento de um [novo aplicativo do Tesouro Direto](#), atualmente em fase de testes com usuários. A iniciativa busca simplificar a jornada de investimento, tornar os produtos mais acessíveis e intuitivos para diferentes perfis de investidores e ampliar o acesso da população ao mercado financeiro por meio de uma experiência digital mais simples e orientada ao usuário.

Complementarmente, a Companhia investe na expansão de soluções digitais como o App B3, que consolidam informações patrimoniais e posições de investimento em um único ambiente, apoiando a participação no mercado a partir de maior transparência, opção de voto a distância e acesso simplificado a informação para tomada de decisão pelos investidores.

A Companhia também conta com equipes especializadas dedicadas ao portfólio de pessoa física, responsáveis por desenvolver e executar estratégias voltadas à ampliação da base de investidores, ao incentivo ao primeiro investimento e ao fortalecimento do relacionamento com investidores ao longo do tempo. Essa atuação é complementada por iniciativas de comunicação e educação financeira destinadas a ampliar o conhecimento sobre investimentos, facilitar o acesso a produtos financeiros e estimular a participação de novos públicos no mercado de capitais, [incluindo campanhas de alcance nacional voltadas à democratização do acesso ao investimento](#).

METAS E MÉTRICAS

Metas de Sustentabilidade e Clima [IFRS S1 27.a (iv); 46.b; 51.a-g; 52; IFRS S2 14.a(v); 33; 34; 35; 36; 37]

A construção das metas de sustentabilidade e clima seguem o mesmo processo de gestão de metas corporativas da Companhia. Elas são utilizadas para monitorar anualmente a performance ESG da B3 e seu progresso de forma abrangente e integrada. As metas relacionadas aos riscos e oportunidades de sustentabilidade e clima estão resumidas no quadro abaixo:

META*	ANO BASE	PERÍODO	VALOR 2024	VALOR 2025	VÍNCULO COM REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	CONEXÃO COM OS RISCOS E OPORTUNIDADES
Melhorar performance de 2024 no CSA e entrar no Dow Jones Best-in-Class	2024	Anual 2025	56 pontos	Superou 70 pontos (out/25) e entrada na carteira em 2026.	CEO, Executivos e toda a Companhia	A performance em índices ESG é usada como termômetro para a implementação de novas práticas e para o acompanhamento de tendências de mercado, protegendo de riscos reputacionais e permitindo a entrada em índices ESG nacionais e internacionais. RF01 RF02 RT01 RS01 OP01 OP02
Melhorar performance de 2024 no ISE B3	2024	Anual 2025	81,5 pontos	Superou com 83,5 pontos (mai/25)	CEO, Executivos e toda a Companhia	
Evoluir o plano de recuperação relacionado à cibersegurança	2025	Anual 2025	N/A	Superou**	CEO, Executivos e toda a Companhia	
Reduzir 100% das emissões de Escopo 2	2021	2021 a 2030	99,1% de redução	99,14% de redução	-	A estratégia de redução das emissões de Escopo 2 contribui para mitigar potenciais custos de transição por meio da aquisição de I-RECs e da participação no Mercado Livre de Energia, ampliando o uso de energia proveniente de fontes renováveis. RF01 RT01

Meta climática [IFRS S2 29.g; 33; 34; 35; 36; 37]

Com base em referências de mercado e nos *insights* da ferramenta de cálculo do *Science Based Targets initiative* (SBTi), a B3 estabeleceu uma meta pública de reduzir em 100% as emissões de gases de efeito estufa de Escopo 2 até 2030, tendo 2021 como ano-base.

A meta abrange todas as operações sob controle operacional da Companhia e não foi derivada de abordagem setorial específica de descarbonização. A métrica utilizada para monitorar seu progresso é o volume absoluto de emissões de Escopo 2, mensurado pela abordagem *market-based*, em linha com o GHG Protocol, e expresso em dióxido de carbono equivalente (CO2e).

O progresso da meta é acompanhado anualmente por meio do Inventário de Gases de Efeito Estufa, sob responsabilidade da Superintendência de Sustentabilidade. A estratégia para seu atingimento inclui a aquisição de certificados internacionais de energia renovável (I-RECs), a participação no Mercado Livre de Energia e a avaliação contínua de iniciativas adicionais de descarbonização, e dessa forma é classificada como uma meta líquida de emissões. A Companhia não possui metas brutas conforme definido nos itens IFRS S2 36(c), B68 e B69.

Em 2025, o atingimento de 99,14% da meta refletiu os resultados da estratégia de gestão e contratação de energia da Companhia. Considerando a abordagem *location-based*, as emissões de Escopo 2 apresentaram redução de aproximadamente 15% no período.

Parte residual estimada em aproximadamente 1% das emissões decorre de limitações operacionais associadas a edificações nas quais a Companhia não detém gestão direta sobre o consumo de energia elétrica. Não houve alterações relevantes na estrutura, no escopo ou no horizonte da meta desde sua aprovação em 2021, e essa meta não tem impacto direto na remuneração executiva.

[B]³

*O resultado das metas considera uma escala de três níveis: Não Atingiu; Atingiu; e Superou. Mais informações sobre as metas da Companhia podem ser consultadas na página 215 do [Formulário de Referência](#)

**Percentual não divulgado por se tratar de informação confidencial. Não houve alterações nas metas apresentadas acima. As metas não foram validadas por terceiros.

Métricas de Sustentabilidade [IFRS S1 55.a; IFRS S2 29.c; 29.d]

A Companhia está classificada no setor de *Security & Commodity Exchanges* das normas SASB, que apresentam as seguintes métricas com conexão aos riscos e oportunidades apresentados neste relatório:

TÓPICO SASB		MÉTRICA	CÓDIGO SASB	CONEXÃO COM OS RISCOS E OPORTUNIDADES
Promovendo Mercados de Capitais Transparentes e Eficientes	Número e duração média das paradas relacionadas à divulgação pública das informações e pausas relacionadas à volatilidade.	Não houve paradas relacionadas à divulgação de informações e pausas relacionadas à volatilidade.	FN-EX-410a.1	RS01
	Percentual de trocas geradas de sistemas de negociação automáticos.	A participação do co-location no volume total negociado no mercado de renda variável corresponde a 45%.	FN-EX-410a.2	RF01
	Descrição da política para incentivar ou exigir que as empresas listadas divulguem publicamente informações ambientais, sociais e de governança.	Iniciativas como o Anexo ASG fomentam que empresas listadas divulguem a composição de gênero e raça da sua liderança e equipes. Além disso, as metodologias dos índices ESG ISE, IDIVERSA e ICO2 reconhecem as companhias com melhores práticas e transparência de práticas ESG.	FN-EX-410a.4	RT01OP01
Gerenciando a Continuidade de Negócios e Riscos Tecnológicos	Número de disrupções significantes dos mercados e duração do tempo de inatividade.	- Disponibilidade das plataformas de negociação: 99,97% - Número de situações de indisponibilidade: 12 - Tempo total de indisponibilidade de interfaces de negociação: 7,9 horas - Disponibilidade dos sistemas da Clearing: 99,89% - Tempo de indisponibilidade das interfaces da Clearing: 176,2 horas	FN-EX-550a.1	RS01RF01RF02
Métricas de Atividade	Número médio diário de negociações realizadas, por produto ou classe de ativo.	Número médio diário de negociações em 2025 - Derivativos: 10.803.492,73	FN-EX-000.A	OP02
	Volume médio diário negociado, por produto ou classe de ativo.	Volume médio diário de negociações em 2025 - Renda Variável: R\$ 25.424.745.787,97	FN-EX-000.B	OP02

Sustainability-Linked Bond

Em 2021, a B3 emitiu um título de dívida no exterior vinculado a duas metas de sustentabilidade relacionadas à diversidade e inclusão. Saiba mais sobre esse instrumento e o alcance atual das metas no Relatório Anual de 2025 e nas Demonstrações Financeiras – no trecho de “Dívida no exterior”. Dado o tema e o alcance atual das metas, o não atingimento não foi considerado material para fins desse relatório.

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa [IFRS S2 29.a]

A B3 realiza o inventário anual de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) desde 2009, tendo seus dados verificados por terceira parte independente a partir de 2010 e registrados no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Abordagem de mensuração

A Companhia mensura suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) em conformidade com as diretrizes do GHG Protocol – *Corporate Accounting and Reporting Standard* (2004) e do GHG Protocol – *Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard*, a partir de dados primários e secundários coletados internamente sobre consumo de combustíveis, energia elétrica, atividades operacionais e informações da cadeia de valor.

Para fins de divulgação das emissões de gases de efeito estufa, a B3 adota a abordagem de controle operacional, segundo a qual são contabilizadas as emissões provenientes das fontes e atividades sobre as quais a empresa possui autoridade para implementar e conduzir políticas operacionais. Dessa forma, todas as fontes de emissão sobre as quais a Companhia exerce controle operacional são consideradas dentro dos limites organizacionais do Inventário.

Destaca-se que existem empresas que integram a estrutura de controle da B3, mas não possuem instalações físicas próprias nem colaboradores diretamente vinculados à sua operação. Portanto, suas emissões foram consideradas nulas na elaboração do inventário, dado que eventuais emissões relacionadas às suas atividades são operacionalmente contabilizadas nos demais escritórios da B3. Dessa forma, as emissões de Escopo 1 e Escopo 2 divulgadas correspondem integralmente ao grupo consolidado para fins contábeis. Mais informações estão disponíveis no [Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa](#).



Emissões totais

As emissões são reportadas em toneladas métricas de CO₂ equivalente (tCO₂e) e abrangem os Escopos 1, 2 e 3, conforme dados abaixo:

INDICADOR (tCO ₂ e)	2024	2025	YOY (%)
Emissões Diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)	274,55	1.266,72	361,37
Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia – Abordagem baseada na localização (<i>Location-Based</i>)	1.942,98	1.647,08	-15,23
Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia – Abordagem baseada na escolha de compra (<i>Market-Based</i>)	39,96	35,54	-11,05
Outras emissões indiretas (Escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE)	1.618,69	24.821,75	1.433,44
Emissões totais de gases de efeito estufa (GEE)**	1.933,19	26.124,01	1.251,34*

* O aumento observado não reflete um crescimento real das emissões da Companhia, mas decorre, principalmente, da ampliação do escopo do inventário de emissões, que anteriormente abrangia quatro categorias (4, 5, 6 e 7) e passou a contemplar oito categorias (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 15). **Total de emissões considerando abordagem de escolha de compra (*Market-Based*).

Veja a seguir as principais informações relacionadas a cada escopo:

Escopo 1

A principal fonte desse escopo foi a categoria de emissões fugitivas, que respondeu pela maior parcela das emissões, decorrentes de reabastecimentos e da expansão da infraestrutura de sites, o que resultou em maior consumo.

Escopo 2

As emissões de gases de efeito estufa de Escopo 2 da B3 decorrem da aquisição e do consumo de energia elétrica nas operações. A Companhia apura essas emissões tanto pela abordagem baseada em localidade (*location-based*) quanto pela abordagem baseada em mercado (*market-based*), em conformidade com práticas internacionalmente reconhecidas.

Para fins de divulgação neste relatório, a B3 prioriza a abordagem baseada em localidade, por refletir a intensidade média de carbono das matrizes elétricas dos países onde opera e permitir uma avaliação consistente da exposição estrutural associada ao consumo de eletricidade.

Em 2025, as emissões de Escopo 2 calculadas pela abordagem *location-based* foram majoritariamente associadas ao consumo de energia elétrica no Brasil, onde se concentram as principais operações da Companhia. As emissões referentes às unidades internacionais — localizadas em Chicago, Londres, Xangai e Singapura — representaram parcela menos significativa do total e foram estimadas a partir de fatores de emissão específicos das respectivas matrizes elétricas nacionais. A redução observada em relação ao exercício anterior decorreu principalmente da diminuição do fator de emissão da matriz elétrica brasileira, associada à maior participação de fontes renováveis, mesmo diante de leve aumento no consumo absoluto de eletricidade.

De forma complementar, a B3 também divulga suas emissões segundo a abordagem *market-based*, de modo a refletir os efeitos de suas decisões contratuais de aquisição de energia. Em 2025, no Brasil, a Companhia consumiu 35.424,82 MWh de energia elétrica, dos quais 33.319,96 MWh foram provenientes de fontes renováveis, além da aquisição de 1.650 certificados I-REC para complementar o consumo no país. Como resultado, as emissões de Escopo 2 apuradas pela abordagem *market-based* totalizaram 35,54 tCO₂ em 2025.

Escopo 3

As emissões de gases de efeito estufa de Escopo 3 compreendem as emissões indiretas associadas às atividades da Companhia ao longo de sua cadeia de valor. Essas emissões refletem fontes que não estão sob controle operacional direto da Companhia, mas que estão relacionadas às suas operações, investimentos e decisões de negócios.

Em 2025, a Companhia ampliou a mensuração das categorias de Escopo 3, que passaram a representar a maior parcela de suas emissões. Foram incluídas as Categorias 1 (bens e serviços comprados), 2 (bens de capital), 3 (atividades relacionadas a combustível e energia não incluídas nos Escopos 1 e 2) e 15 (investimentos). Esse aprimoramento metodológico buscou ampliar a robustez, a abrangência e a aderência do inventário à realidade dos impactos climáticos associados às atividades da B3. Assim, as variações observadas decorrem predominantemente dessa ampliação de cobertura, e não de mudanças estruturais nas emissões operacionais. As demais categorias previstas pelo GHG Protocol não foram consideradas por não serem aplicáveis às atividades e ao modelo de negócios da Companhia no período de reporte.

CATEGORIAS DO ESCOPO 3 (tCO ₂ e)	2024	2025	YOY (%)
1. Bens e serviços adquiridos	N/D	15.161,66	-
2. Bens de capital	N/D	4.640,61	-
3. Atividades relacionadas a combustíveis e energia	N/D	966,28	-
4. Transporte e distribuição a montante	0,38	0,52	36,84
5. Resíduos gerados nas operações	38,25	187,32	389,74
6. Viagens de negócios	1.294,74	954,94	-26,24
7. Deslocamento de funcionários	285,32	302,38	5,98
15. Investimentos	N/D	2.608,05	-
TOTAL	1.618,69	24.821,75	1.433,44

Destaca-se que, no caso da Categoria 15 – Investimentos, foram consideradas as emissões associadas às participações da B3 em Dimensa S.A. e RTM Ltda por não termos controle operacional dessas empresas, e, dessa forma, não é possível, no momento deste reporte, incorporar as emissões dessas investidas nos Escopos 1 e 2. As emissões relacionadas a investimentos realizados por meio de *venture capital* não foram incluídas, em função da inexistência, até o momento, de metodologia consolidada pelo Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) para a quantificação de emissões financiadas nesse tipo de investimento.

Precificação de carbono

[IFRS S2 29.f]

Como bolsa de valores e infraestrutura de mercado, a B3 possui um modelo de negócios com baixa intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Dessa forma, a Companhia não faz parte dos setores impactados pela Lei nº 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE) e, portanto, não é diretamente impactada por precificação de carbono, com base nas informações divulgadas até a divulgação deste relatório.

Apesar de sua característica pouco emissora, a Companhia precifica o carbono pontualmente, utilizando referências externas em dois contextos, para: (i) precificação das suas emissões totais; e (ii) definição do orçamento anual de créditos de carbono para neutralização de emissões.

Em cada contexto são usadas referências diferentes, para garantir adequação ao contexto local e levar a decisões mais precisas. Para a precificação do total de emissões, a Companhia utiliza a [Carbon Pricing Dashboard](#) do Banco Mundial. Considerando os valores médios estabelecidos para a precificação interna do carbono na América do Sul (Colômbia, Argentina e Chile), a B3 utilizou o valor de US\$ 5,62 por tonelada métrica para avaliar o impacto financeiro de diferentes cenários de compensação de emissões.

Para definir o orçamento anual de neutralização de emissões, a Companhia realizou um estudo de cenários a partir de valores de projetos reais e utilizando uma métrica média de R\$ 31 por tonelada métrica, calculada a partir da conversão do dólar de 31 de dezembro de 2025 com base no valor do *Carbon Pricing Dashboard*. Esses cenários foram utilizados exclusivamente para fundamentar a decisão sobre o orçamento necessário para compra de créditos de carbono para neutralização de emissões de Escopo 1, 2 e todas as categorias de escopo 3 apresentadas neste relatório, sem uso em outras tomadas de decisão na Companhia.



PARA CONSULTAR

Sumário de conteúdo IFRS S1 e S2

São apresentadas abaixo as referências normativas aplicáveis no exercício voluntário realizado para o período.

GRUPO DA NORMA	REFERÊNCIA IFRS S1/S2	RESUMO DO REQUISITO	PÁGINA
Requisitos Gerais	IFRS S1 E3, E4; IFRS S2 C3	Flexibilizações e isenções de transição aplicadas na adoção inicial das normas	Página 4
	IFRS S1 17 a 19	Processo de determinação da materialidade e sua aplicação no relatório	Página 6
	IFRS S1 20, 21; 22; 23; 24	Limite organizacional, período do reporte, conexão com demonstrações financeiras e moeda funcional	Página 5; As caixas de “Saiba Mais” indicam as conexões internas e externas entre o conteúdo do documento
	IFRS S1 54; 59	Fontes de orientação, referências normativas e critérios utilizados na elaboração das divulgações	Página 4
	IFRS S1 72	Declaração explícita de conformidade com os Pronunciamentos IFRS S1 e S2	Página 4
	IFRS S1 74 e 75	Principais julgamentos utilizados na elaboração das divulgações de sustentabilidade	Páginas 6, 23, 27, 29, 32, 35 e 38
	IFRS S1 77 a 81	Principais incertezas de mensuração, premissas e estimativas adotadas	Páginas 23, 27, 29, 32, 35 e 38
Governança	IFRS S1 27.a(i-v); 27.b(i-ii)	Estrutura de governança, competências, supervisão estratégica e responsabilidades da administração sobre sustentabilidade	Páginas 13, 15 e 39
	IFRS S2 6.a(i-v); 6.b(i-ii)	Supervisão dos riscos e oportunidades climáticas pela governança e administração executiva	Páginas 13 a 15

GRUPO DA NORMA	REFERÊNCIA IFRS S1/S2	RESUMO DO REQUISITO	PÁGINA
Estratégia	IFRS S1 30.b e 30.c; IFRS S2 10.d	Definição dos horizontes temporais utilizados para avaliação de riscos e oportunidades	Página 5, 21, 24, 28, 30, 33, 36
	IFRS S1 32.a e 32.b; IFRS S2 13.a; 13.b	Cadeia de valor e impactos dos riscos e oportunidades sobre o modelo de negócios	Páginas 8, 9 e 10 e 11
	IFRS S1 35.a e 35.b	Impactos financeiros identificados com impacto nas demonstrações contábeis	Páginas 5 e 10
	IFRS S1 41	Resiliência da estratégia e do modelo de negócios frente aos riscos e oportunidades de sustentabilidade	Página 22 e 23
	IFRS S1 30.a-b; 32.a-b; 33.a; 34.a-b; 35.a; 35.c(i); 38.a-b; 40.a-b	Risco de sustentabilidade RS01 – Perda ou violação de dados devido a ataques cibernéticos	Páginas 21 a 23
	IFRS S1 33.c; IFRS S2 10.a-c; 13.a-b; 14.a(ii); 14.a(iii); 15.a-b; 16.a	Risco climático físico RF01 – Eventos climáticos extremos sobre operações próprias	Páginas 24 a 27
		Risco climático físico RF02 – Eventos climáticos extremos sobre fornecedores críticos	Páginas 28 e 29
	IFRS S2 10.a-c; 13.a-b; 14.a(ii); 14.a(iii) 14.a(iv); 15.a-b; 16.a	Risco climático de transição RT01 – Impactos da transição para uma economia de baixo carbono	Páginas 30 a 32
	IFRS S2 22.a	Resiliência climática da estratégia e do modelo de negócios, incluindo análise de cenários climáticos	Página 27
	IFRS S1 30.a-b; 32.a-b; 33.a-c; 34.a-b; 35.a; 35.c(i); 38.a-b; 40.a-b; IFRS S2 10.a-b; 13.a-b; 14.a(ii); 14.a(iii)	Oportunidade OP01 – Aumento de receita proveniente de produtos e serviços ESG	Páginas 33 a 35
Gestão de Riscos	IFRS S1 30.a-b; 32.b; 33.a; 34.a-b; 35.a; 35.c(i); 38.a-b; 40.a-b	Oportunidade OP02 – Ampliação do acesso de investidores pessoa física ao mercado de investimentos	Páginas 36 a 38
	IFRS S1 44.a(i-v) e 44.b; 44.c	Identificação, avaliação, priorização, monitoramento e gestão de riscos e oportunidades de sustentabilidade	Páginas 17 a 20
	IFRS S2 25.a(i-v) e 25.b; 25.c	Identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos e oportunidades climáticas e análise de cenários	Páginas 17 a 20
Métricas e Metas	IFRS S1 46.b(i-ii) e 51.a-g; 52; 53	Metas corporativas de sustentabilidade e monitoramento do desempenho	Página 39
	IFRS S2 14.a(v); 29.g; 33-37	Meta climática, metodologia utilizada, <i>baseline</i> e acompanhamento do progresso	Página 39
	IFRS S1 55.a	Métricas setoriais SASB utilizadas para monitoramento dos riscos e oportunidades	Página 40
	IFRS S2-29.a	Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Escopos 1, 2 e 3	Páginas 41 e 42
	IFRS S2 29.b; 29.c; 29.d	33% dos emissores listados são de setores do SBCE; 45% do <i>co-location</i> no volume de renda variável; métricas de atividade em renda variável e fixa demonstram exposição aos riscos e oportunidades relacionados à linha de Mercados	Páginas 31 e 40
	IFRS S2 29.f	Precificação interna de carbono	Página 43

Relatório de Asseguração

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Relatório de Asseguração Limitada do Auditor
Independente sobre as Informações Constantes no
Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à
Sustentabilidade Referente ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
INFORMAÇÕES CONSTANTES NO RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RELACIONADAS À
SUSTENTABILIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão

Introdução

Fomos contratados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” ou “Companhia”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre as informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025 da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossa asseguração limitada não se estende a informações de períodos anteriores nem a nenhuma outra informação divulgada em conjunto com o Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, incluindo quaisquer imagens, links, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Responsabilidades da Administração da Companhia

A Administração da B3 é responsável por:

- Selecionar e estabelecer critérios adequados para a elaboração das informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025.
- Preparar as informações de acordo com as normas (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Sustainability Standards Board - ISSB”, denominadas, pela Fundação IFRS, “normas de divulgação de sustentabilidade IFRS” (“IFRS Sustainability Disclosure Standards”), e com os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.
- Desenhar, implementar e manter controles internos sobre as informações relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, que estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações e os indicadores de sustentabilidade constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, com base nos trabalhos de asseguaração limitada conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTO nº 07/2022, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com base na norma brasileira NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguaração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 - “Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information”, emitida pelo “International Auditing and Assurance Standards Board - IAASB”. Essas normas requerem o cumprimento pelo auditor de exigências éticas, independência e demais responsabilidades referentes a elas, inclusive quanto à aplicação da Norma Brasileira de Controle de Qualidade (NBC PA 01) e, portanto, à manutenção de sistema de controle de qualidade abrangente, incluindo políticas documentadas e procedimentos sobre o cumprimento de requerimentos éticos, normas profissionais e requerimentos legais e regulatórios aplicáveis.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.



Adicionalmente, as referidas normas requerem que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguaração limitada conduzido de acordo com a norma brasileira NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste, principalmente, em indagações à Administração e a outros profissionais da B3 que estão envolvidos na elaboração das informações, assim como na aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir, na forma de asseguaração limitada, sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguaração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, à materialidade e à apresentação das informações contidas no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais divulgadas no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam, entre outros:

- a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025.
- b) A avaliação se a estrutura e apresentação das informações de sustentabilidade estão de acordo com as normas e os pronunciamentos técnicos do ISSB/CBPS.
- c) O entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de indagações aos gestores responsáveis pela elaboração das informações.
- d) A aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório de Anual 2025.
- e) Para os casos em que os dados de sustentabilidade se correlacionem com indicadores de natureza financeira, o confronto desses indicadores com as demonstrações financeiras e/ou os registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às normas de divulgação de sustentabilidade IFRS (“IFRS Sustainability Disclosure Standards”) e aos pronunciamentos técnicos do CBPS, aplicáveis à elaboração das informações constantes do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos executados em trabalho de asseguração limitada variam em termos de natureza e época e são menores em extensão do que em trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, o nível de segurança obtido em trabalho de asseguração limitada é substancialmente menor do que aquele que seria obtido se tivesse sido executado um trabalho de asseguração razoável. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade 2025. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Deloitte.

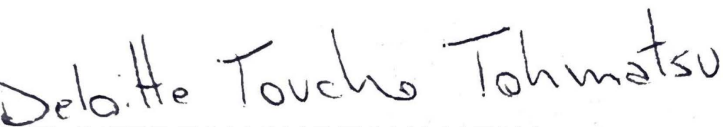
Os dados de sustentabilidade estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos nenhum trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Nosso relatório de asseguração deve ser lido e compreendido no contexto das limitações inerentes ao processo de preparação das informações e dos indicadores de sustentabilidade pela Administração, incluindo o fato de que essas informações não possuem o objetivo de assegurar o cumprimento de leis e regulações sociais, econômicas, ambientais ou de engenharia.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, e nas evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade constantes no Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 da B3 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas de divulgação de sustentabilidade IFRS (“IFRS Sustainability Disclosure Standards”) e os pronunciamentos técnicos do CBPS.

São Paulo, 20 de agosto de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alexandre Carboni Machado
Contador
CRC nº 1 SP 293443/O-5

Créditos

Coordenação Geral

Superintendência de Sustentabilidade

Diagramação

Storifica Comunicação

Daniel Boz

Fotografia

Acervo B3 *(Páginas: 01, 03, 05, 08 e 14)*

Magnific *(Páginas: 01, 41 e 43)*

Getty Images *(Página: 24)*

Cauê Diniz *(Páginas: 01, 03 e 31)*

Cris Humeki *(Página: 01)*

Aivan Moura *(Página: 01)*

[B]³ **MUITO MAIS
QUE A BOLSA
DO BRASIL**